



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

JULIANA DA SILVA

**MULHER COM DEFICIÊNCIA E O FEMINISMO: NECESSIDADE DA LUTA
ANTICAPACITISTA**

NATAL/RN
2019

JULIANA DA SILVA

**MULHER COM DEFICIÊNCIA E O FEMINISMO: NECESSIDADE DA LUTA
ANTICAPACITISTA**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof^o Dr^a Silvana Mara de Moraes dos Santos

**NATAL/RN
2019**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas
– CCSA

Silva, Juliana da.

Mulher com Deficiência e o Feminismo: necessidade da luta anticapacitista / Juliana da Silva. - 2019.
74f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Natal, RN, 2019.

Orientador: Prof^o Dr^a. Silvana Mara de Moraes dos Santos.

1. Deficiência - Monografia. 2. Feminismo - Monografia. 3. Mulher com Deficiência - Monografia. I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 141.72

Juliana Da Silva

Mulher com deficiência e o feminismo: Necessidade da luta anticapacitista

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Silvana Mara de Moraes dos Santos
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Ilidiana Diniz
Membro Interno
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Izabella Fonseca Buttendorff
Membro Externo
Secretaria Municipal de Saúde

À todas as mulheres com deficiência do Brasil,
especialmente à minha mãe, que foi quem primeiro me
ensinou sobre luta e afeto.

AGRADECIMENTOS

Chego ao fim. Ao fim desses quatro (4) anos de graduação que muitas vezes pareceram mais longos que isso, o cansaço é bem real, mas a sensação de dever cumprido também. Chego cansada; mas não chego sozinha, trouxe algumas pessoas comigo, algumas coisas, uns sentimentos que me pareceram bem necessários para lidar com a passagem dos dias e com o processo de produção deste trabalho, que é resultado de tantas coisas.

Preciso agradecer, para me lembrar do que esse trabalho é feito, porque foi com pessoas bem reais e com experiências muito concretas que pude escrevê-lo até a última linha. Começo agradecendo a minha mãe, a quem também dedico este trabalho, a mulher que me inspirou na vida e que me fez entender que transformando essa vida em luta, a gente muda algumas coisas, perdão pelas ausências e pela indisponibilidade, a gente tem que dar conta de crescer. Por tantas coisas que jamais conseguirei elencar quantas, obrigada mãe, você é poesia.

Agradeço a outra mulher da minha vida, a minha Teté, para que ela saiba que sentar comigo nas horas do dever de casa na infância, me ensinou mais palavras e jeitos de escrever do que ela pode imaginar, você é escola para a vida, seu coração e sua bondade também me trouxeram até aqui.

E não podia ser diferente, que um trabalho feito por uma mulher e para mulheres, tivesse tantas mulheres a quem agradecer, poderia escrever ainda muitas páginas tentando expressar a importância de cada uma: minha Tia Lúcia com seu jeito forte e acolhedor, acompanha meus passos desde o jardim de infância, cheguei aqui, titia, tem dado certo. Minha mãe por escolha, minha Dindinha, obrigada pelas idas à escola e pela paciência em ouvir meus longos discursos sobre coisas que aprendi. Fernanda, amiga de salas de aula, salas de música, salas de exposição, salas de estar, de reflexões, inquietações, de sonhos e esperanças sobre um futuro que a gente luta para construir. À minha orientadora, Silvana, que sinto que ainda hei de agradecer muito pela paciência, pelos longos áudios tão bem explicadinhos e pelo amor com que nos fala sobre conhecimento mudando vidas.

À minha Tia Daguia, que mesmo morando longe, perguntava para a minha mãe em suas ligações se eu estava bem de saúde, e escutava sempre como resposta: ” Está aqui nas agonias dela, no TCC”.

À professora Ilidiana Diniz e a Izabella Buttendorf que prontamente aceitaram o convite para estar na minha banca de avaliação, fazendo parte do momento de finalização

desse ciclo. E tantas outras mulheres que vieram antes de mim e que constroem quem eu estou sendo e virei a ser.

Ao meu pai por escolha e por amor, que mesmo em meio às adversidades da vida do trabalhador nordestino, “endureceu sem perder a ternura” e soube amar a seu modo, nas idas para a escola e nos ‘parabéns’ cheios de orgulho nos olhos quando eu trazia um boletim que dizia que “passei” de ano.

À José, amor da vida da minha Tia Lúcia, pessoa de um coração que nem parece pertencer a este mundo e que há exatos quatro (4) anos atrás me dava como presente o notebook em que hoje estas palavras estão sendo escritas. Esses detalhes fazem tanta diferença na vida da gente.

Agradeço à turma de Serviço Social, 2016.1, vocês são força, são família, são tanto afeto e poesia para os dias da semana que nem parece que estamos tão cansados da rotina de aulas. Obrigada por termos crescido juntos, vocês vão mudar o mundo!

À Equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN, com vocês aprendi mais sobre a luta, sobre o cuidado com quem luta ao seu lado. Passamos por tempos difíceis mas entrar na nossa salinha e escutar as conversas revoltadas e cheias de energia para enfrentar a dureza das coisas, me fazia acreditar ainda mais na “rapaziada” e manter a fé em dias mais cheios de amor.

À todos/as os/as trabalhadores/as da UFRN por estarem em nosso cotidiano, facilitando coisas que nem percebemos de imediato mas que são vitais para o bom andamento e conclusão de mais uma fase.

À quem foi amor em dias de cansaço, e leveza em dias de desesperança e que vai saber que estas palavras são suas. Dividir a justa raiva com pessoas que estão na luta conosco, tornam os momentos mais cheios de vida, sua existência segue sendo amada.

À minha família, que são parte de mim e que sempre serão, de tantas formas vocês contribuíram na formação da mulher que sou hoje. E falo não só daqueles que possuem CPF, pois preciso agradecer a *Black*, o cachorro mais especial e bondoso e que nos deu a honra de conviver conosco, sendo simplicidade para uma vida que exige tanta complexidade e compromissos.

Por fim, acredito ser importante reconhecer que consegui, que cheguei aqui e que estou pronta para ir a outros lugares, encerro mais uma fase, da vida que comecei há 21 anos atrás e que me deixa cada dia mais apaixonada pelas lutas sociais e pela construção de conhecimento, esses agradecimentos estão agora eternizados, e a cada vez que eu os ler,

lembrarei do compromisso; do amor; da esperança; das conquistas e das vitórias. A vida segue, sigamos firmes!

RESUMO

O presente trabalho analisa como o movimento feminista brasileiro, tem, atualmente, inserido as pautas da mulher com deficiência em sua agenda de lutas. Por meio de uma retomada histórica da relação entre a deficiência e a sociedade, bem como dos processos que foram necessários para que as pessoas com deficiência conquistassem direitos, procuramos fazer o recorte de gênero para ressaltar de que forma a coexistência entre a condição de ser mulher e pessoa com deficiência, agrava as situações de opressão e violência. Com uma breve exposição das atuais pautas mais presentes no movimento feminista brasileiro, por meio de levantamento bibliográfico e documental, identificamos que ainda restam muitos desafios para a construção de uma luta antipatriarcal e anticapacitista que promova a participação política da mulher com deficiência na sociedade. Situamos a importância deste trabalho para a contribuição às análises acerca da diversidade humana em todas as suas expressões e para o incentivo ao estudo, no Serviço Social, sobre a deficiência e as lutas e organização política das Pessoas com Deficiência (PcD)

Palavras-chave: Deficiência; Feminismo; Mulher com Deficiência.

ABSTRACT

This paper analyzes how the Brazilian feminist movement has, currently, included the agenda of women with disabilities in its fight agenda. Through a historical resumption of the relationship between disability and society, as well as the processes that were necessary for people with disabilities to gain rights, we sought to make a gender cut to highlight how the coexistence between being female and people with disabilities, aggravate situations of oppression and violence. With a brief exposition of the current agenda most present in the Brazilian feminist movement, through a bibliographic and documentary survey, we identified that many challenges remain for the construction of an anti-feminist and anti-pacitist struggle that promotes the political participation of women with disabilities in society. We place the importance of this work for the contribution to the analysis of Human Diversity in all its expressions and for the encouragement of the study, in the Social Work, about the disability and the struggles and political organization of the People with Disabilities (PwD).

.

Keywords: Disability; Feminism; Woman with disabilities

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. DEFICIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA POR DIREITOS E DA DIVERSIDADE HUMANA.....	22
2.1 Análise histórica da deficiência como uma questão de direito	23
2.2 A politização da deficiência e das principais demandas	33
2.2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ABORDAGEM CULTURALISTA DA DEFICIÊNCIA.	40
2.2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ABORDAGEM MATERIALISTA DA DEFICIÊNCIA.	41
2.2.3 CRÍTICAS FEMINISTAS AOS LIMITES DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA	43
3. MULHERES COM DEFICIÊNCIA E O FEMINISMO NO BRASIL.....	46
3.1 Gênero e deficiência: a diversidade no ser mulher.....	47
3.2. Agenda política e desafios	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1. INTRODUÇÃO

O tema estabelecido para estudo neste trabalho de conclusão de curso esteve presente em diversas esferas da minha vida cotidiana, porém é preciso dizer o que, para além da vivência, respalda as reflexões que serão desenvolvidas no espaço dessa produção. Estas palavras precisam ser registradas para que não se percam no movimento do real, a dimensão da luta e sua urgência.

A história da pessoa com deficiência na sociedade Brasileira nunca foi das mais simples, aliás nenhuma existência inserida nas relações sociais capitalistas tão repletas de contradições e antagonismos o é. A vida se compõe de formas diversificadas, o cotidiano nos traz possibilidades constantemente e a liberdade está como um imperativo para que sejam feitas escolhas e a realidade se movimenta. Pesquisar sobre mulher com deficiência requer justamente essa análise sensível sobre as mais diversas formas em que a existência pode se concretizar e o entendimento de que esta existência estará perpassada por múltiplas determinações que não podem ser apreendidas separadamente.

A sistematização e a análise do conhecimento que deram o tom inicial para a escolha da temática foram proporcionadas por minha inserção no campo de estágio obrigatório, na Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE) da UFRN. Muito do que pôde ser observado não poderá ser analisado e problematizado neste espaço de escrita devido ao tempo exigido para finalização dessa pesquisa e pela necessidade de delimitação do objeto de estudo. Contudo, é importante citar que foi a inserção no cotidiano institucional do campo de estágio que possibilitou a percepção da ausência da participação de mulheres com deficiência em espaços políticos dentro e fora da Universidade.¹ Primeiramente, é preciso situar a relevância social dessa temática para que suas expressões na realidade possam ser melhor entendidas e contextualizadas. O tema “Mulher com Deficiência e Feminismo” é ainda pouco visibilizado e discutido em espaços socialmente construídos para a tomada de decisões no âmbito dos movimentos sociais e das políticas sociais.

O movimento feminista enfrenta diversas dificuldades na construção da sua agenda política. Nos tempos atuais de recrudescimento do conservadorismo, estas ficam ainda mais

¹ Instituída em 2010, esta Comissão vem se articulando por meio de uma equipe interdisciplinar para dar voz às necessidades reais que se apresentam no cotidiano acadêmico dos alunos com necessidades educacionais especiais. Atualmente, possui status de Secretária, após reorganização administrativa na Universidade, sendo a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade da UFRN (SIA-UFRN).

explícitas e reveladas devido à crescente retirada de direitos historicamente conquistados pelas mulheres da classe trabalhadora. A criminalização dos movimentos sociais perpassa todas as pautas pertinentes à agenda de lutas do movimento feminista e faz com que o acesso ao acúmulo social e político deste, seja cada dia mais “afunilado” em recortes de raça e classe. Acredita-se que não se pode falar sobre o processo de invisibilização de um segmento específico (neste caso, o da mulher com deficiência) sem antes recuperar, minimamente, as formas de inserção das mulheres negras e pobres- que também podem ser mulheres com deficiência- nos espaços de decisão e participação políticos, construídos pelo feminismo.

É sabido que o terreno histórico em que todos os movimentos sociais vêm se formando é aquele assentado nas estruturas de dominação, exploração e opressão do modo de produção capitalista. A Questão Social, definida por Yamamoto (1999, p. 27), como “*um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura*”, incide tanto nas condições objetivas quanto nas subjetivas, presentes no cotidiano de todos/as e- com toda a sua dinamicidade e meio de reprodução- contorna os limites e possibilidades para a participação política e social da classe trabalhadora em sua luta pela sobrevivência.

Atualmente, estamos vivenciando um processo intenso de defesa da agenda neoliberal e do esvaziamento dos espaços historicamente conquistados pelos/as trabalhadores/as para a manutenção de seus direitos. Em tempos de discurso fascista e economia retrógrada, a existência vai se tornando um desafio cada vez maior para quem “carrega” o país nas costas.

Voltando para o breve contexto que pretendemos situar, o contexto que condiciona a participação das mulheres negras e pobres no movimento feminista, fazemos uso de alguns dados bastante reveladores extraídos de compilação feita pelo Atlas da Violência² indicando que no ano de 2017 foram registrados 65.602 assassinatos no Brasil, desse índice três quartos das vítimas eram negras, segundo noticiou a BBC News.

Adiante, nos é informado, na mesma matéria, que a taxa de assassinatos de mulheres aumentou em 20,7% entre 2007 e 2017 e ao se fazer o recorte racial, houve crescimento de mais de 60% deste número para mulheres negras, enquanto para mulheres não negras esse aumento foi de 1,7%. Diante destes dados, nós fazemos a pergunta que mesmo preenchida de retórica não deixa de se fazer pertinente para os rumos de nossa reflexão: ‘Podem as mulheres negras ocupar espaços políticos de forma justa e igualitária quando estas estão sendo mortas cotidianamente pelas mãos sujas de sangue do Estado?’

²Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48521901>. Acesso em: 21 out.2019.

A pauperização feminina, também, é outro fator que aparece intrínseco na condição de raça/etnia, devido à ocupação dos postos de trabalho mais precarizados pelas mulheres negras e a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Toda esta breve contextualização foi necessária para visualizarmos os componentes estruturais que fazem parte das dificuldades enfrentadas pelo movimento feminista para a garantia da permanência e do acesso das mulheres aos seus espaços de organização. Vale sempre a observação que dentro dos indicies aqui expostos, mesmo que esse recorte não seja feito no ato das pesquisas, a possibilidade da existência de mulheres negras com deficiência, está dada e tem seus rebatimentos e agravamento nas opressões e desigualdade social vivenciadas, assunto que será posteriormente tratado.

Acrescido a estas dificuldades está o processo de criminalização dos movimentos sociais liderados pelos setores mais conservadores da sociedade em nome da manutenção da família; da vida e da moral. As mulheres feministas estão sendo cada dia mais estigmatizadas e chamadas à uma constante prestação de contas sobre seus posicionamentos e postura políticos, por um Estado cada dia mais personificado no homem branco; heterossexual; cristão e rico.

As dificuldades anteriormente pontuadas, por vezes, fazem com que as pautas acabem concorrendo entre si, visto que as necessidades são tão emergenciais que devemos escolher aquilo pelo qual é mais urgente lutar (na situação das mulheres brasileiras a luta ainda é por sobrevivência). Isto tem levado a um processo de invisibilização da luta anticapacitista como necessária para a superação do capacitismo estrutural.

Durante todo o trabalho aqui desenvolvido na definição para o termo capacitismo concordamos com Campbell (2011, p.44) que o entende como:

Uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de compreensão de si e do corpo (padrão corporal), projetando um padrão típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano.

A visão presente no ideário social de que a pessoa com deficiência não é capaz de gerir a própria vida e é incapaz de desenvolver sua autonomia, tem fundamento em uma longa história de exclusão e isolamento das PcD, e da contribuição destes processos para o trato da abjeção direcionado a estes indivíduos na sociedade.

Apesar de a maioria dos estudos sociais sobre deficiência partirem apenas do padrão corporal normatizado como referência para o estabelecimento de relações de poder, esta pesquisa propõe uma análise na perspectiva de totalidade no entendimento da vida social e da deficiência quando inserida no modo de produção capitalista, compromisso assumido por entender que este padrão não foi gerado em si mesmo, mas está assentado nas relações estruturais de raça; classe e gênero e do ideal de trabalhador funcional e produtivo necessário à reprodução do capitalismo e apto à venda de sua força de trabalho, entendendo que daí é que vem o caráter estrutural do capacitismo. Dessa forma, situa-se que mesmo mediante as contribuições do debate acerca da normatização corporal, será para contextualizar a absorção deste padrão pelo modo de produção capitalista para difusão de suas opressões estruturais.

No decorrer da escrita serão feitas outras reflexões com vistas a entender como a mulher com deficiência é vítima de uma associação de múltiplas formas de opressões e discriminações, sendo estas relacionadas entre si pelos determinantes de gênero e deficiência. Neste momento, é apenas necessário o reforço quanto ao entendimento do termo ‘capacitismo’ enquanto um neologismo criado para traduzir a palavra inglesa ‘ableism’, que além de sugerir o preconceito devido à deficiência, também situa um afastamento da capacidade; da habilidade e da aptidão por ser PcD.

No processo de delimitação do objeto de estudo, para esse trabalho de conclusão de curso, foi feito um levantamento nas principais plataformas online dos coletivos feministas³ de maior expressão e influência em solo brasileiro. A busca foi orientada para as linhas de ação destes coletivos considerando o seguinte critério: menção da “defesa da luta das mulheres com deficiência e superação da lógica capacitista”. Não foi encontrado tal posicionamento em nenhum dos sites ou espaços online de construção destes grupos.

É de extrema importância ressaltar que não se pode levar as críticas aqui expostas para o lado puramente culpabilizante, como se estivéssemos em uma tentativa de mostrar ao movimento feminista brasileiro como este tem sido negligente em relação às mulheres com deficiência e suas particularidades. Sendo assim, o processo do conhecimento e da pesquisa tem um papel fundamental para que os determinantes históricos que construíram essa ausência da mulher com deficiência no feminismo não apareçam apenas como mero acaso ou opção.

Entende-se que existe uma grande variedade das possibilidades de luta para as mulheres em um país onde uma mulher é morta a cada duas horas. Infelizmente, o

³ Articulação de Mulheres Brasileiras- AMB; Cfemea; SOS Corpo; Marcha Mundial das Mulheres- MMM e Movimento Mulheres em Luta (MML).

engajamento político e a inserção das mulheres na luta social contra o patriarcado é primeiramente uma questão de sobrevivência.

É necessário apontar que a dimensão política da vida dos sujeitos é algo em constante mudança, pois essa se ressignifica e coloca outros obstáculos, de acordo com as conjunturas e o contexto social e histórico em que se dão. Entender os espaços vazios nas reuniões semanais de um coletivo feminista em uma cidade requer uma aproximação sucessiva e livre de críticas vagas e sem perspectiva de construção. Porém, esses espaços vazios existem e devem ser ocupados pelas mulheres com deficiência, o caminho é longo, mas tem que ser trilhado.

Sobre os coletivos feministas consultados, é importante mencionar quais são as linhas de ação predominantes:

- Enfrentamento do racismo;
- Descriminalização e legalização do aborto;
- Luta contra a LGBTfobia;
- Autonomia financeira e política das mulheres;

Todas estas pautas devem estar presentes nas lutas feministas, pois versam sobre emancipação e garantia do direito à vida das mulheres. Tendo em vista que diversos passos têm ainda que serem dados em direção ao reconhecimento, pelo Estado destas pautas, como centrais para a garantia de direitos fundamentais de todas as mulheres, sejam elas com ou sem deficiência. Os dados trazidos no início desta introdução já demonstram como o racismo ceifa a vida das brasileiras e reforça um lugar social historicamente construído da exploração-opressão e da falta de acesso à direitos básicos pelas mulheres negras periféricas.

O aborto, ainda criminalizado no Brasil, foi no ano de 2016 causa da morte de 203 mulheres, o que representa uma morte a cada dois dias, ou seja, nos últimos 10 anos, foram duas mil mortes maternas por esse motivo. Como parte integrante do rol de barbárie e tirania com que o Estado lida com a diversidade humana e com a falta de acesso a direitos básicos, estão as mortes causadas pela orientação sexual e identidade de gênero dos indivíduos. Dados do ano de 2017, fornecidos pelo Grupo Gay da Bahia - GGB (entidade que desenvolve a tarefa de monitoramento da violência contra a população LGBTI) indicam que neste ano, 2019, foram 445 pessoas mortas no Brasil, passando em 2018- com uma redução irrisória- para 420 mortes por motivos de orientação sexual/ identidade de gênero.

Diante destes dados se faz importante enfatizar que o racismo, a falta de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, a LGBTfobia, e a violência patrimonial estão presentes no

cotidiano das mulheres com deficiência de forma muito particular, mas não menos do que na vida das mulheres sem deficiência, o que demonstra a necessidade de jamais priorizar a dimensão da deficiência como determinante única das opressões e violências sofridas pelas mulheres PcD, já que as desigualdades sociais e históricas não agem em contrário mutuamente exclusivo, mas acumulativo a depender do contexto social; econômico, cultural e político dos indivíduos.

A reafirmação da necessidade de um feminismo anticapacitista é a compressão de que há, para as mulheres com deficiência, particularidades que precisam ser visibilizadas em detrimento das especificidades que a deficiência adquire quando inserida no modo de produção capitalista, pois dela decorre um agravamento das violências em função da *múltipla vulnerabilidade da mulher com deficiência*, que será posteriormente tratada.

A falta de um aprofundamento necessário no trato dessa questão também se faz presente no campo acadêmico. Em uma breve busca pelo estudo da temática: “mulher com deficiência e feminismo” nas bibliotecas digitais de teses e dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal da Paraíba (na área das Ciências Sociais; Psicologia e Serviço Social), foram encontradas nove produções sobre a pessoa com deficiência, porém nenhuma delas priorizava a análise do feminismo e a inserção da mulher com deficiência.⁴

Está claro que a conscientização é um processo complexo e contínuo que não se dá apenas no âmbito da pesquisa, contudo é necessário tencionar a produção do conhecimento científico, visto que este não possui aspecto de neutralidade, mas antes um direcionamento social e político.

O assunto aqui estudado requer aproximações sucessivas da realidade, tendo em vista as múltiplas determinações que perpassam um fenômeno quando este se apresenta nas relações sociais. A necessidade de apreender e analisar de forma crítica e histórica a luta da mulher com deficiência se dá em um contexto em que, na medida em que estas palavras estão sendo digitadas às 18h22min da noite de um sábado, 33.559 mulheres já haviam sido agredidas física ou verbalmente em algum lugar do Brasil (somente neste dia) segundo dados do Relógio da Violência.⁵

Uma reportagem datada de 17 de abril de 2019, publicada no site Geledés (Instituto da Mulher Negra), trazia à tona a dificuldade de denúncia da violência doméstica encontrada por

⁴ Levantamento preliminar realizado em: 01 mai. 2019.

⁵ Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br/>. Acesso em 02.mai.2019.

mulheres surdas em razão da falta de intérpretes nas delegacias de atendimento à mulher, fato que preocupa não só pela inviabilização do acolhimento por parte da rede, mas também pela contribuição ao reforço da múltipla vulnerabilidade da mulher com deficiência, que tem suas opressões de gênero e orientação sexual particularizadas pela dificuldade de comunicação; de acesso à rede socioassistencial e reconhecimento da sua condição enquanto mulher em uma sociedade machista e não somente enquanto uma pessoa com deficiência.

Na 37ª edição da Pauta Feminina, atividade mensal apoiada pelas procuradorias da mulher do Senado e da Câmara, foram socializados alguns índices que retratam a realidade da mulher com deficiência no âmbito da violência doméstica, vale ressaltar que este evento data de 2016 e decerto os dados aqui citados não são mais os mesmos no tempo em que esta pesquisa está sendo feita, porém não foram encontrados dados mais atuais e mais específicos. Segundo Márcia Gori, presidente e fundadora da ONG ‘Essas Mulheres’, nos últimos levantamentos feitos por essa entidade, constatou-se que 68% das denúncias de violência a pessoas com deficiência se referem a mulheres, número que salta a 82%, quando se fala em violência sexual.⁶

Não há como deixar de ver a enorme falta do Estado e de políticas específicas para o combate à violência contra a mulher com deficiência, seja ela moral; sexual; física; psicológica ou patrimonial. Ora, a própria autora da Lei Maria da Penha (atual referência jurídica e política para combate político e judicialização da violência doméstica) é uma mulher com deficiência, que adquiriu essa condição devido à série de maus tratos e agressões que foram praticadas por seu algoz, antes, companheiro.

Citar esse exemplo é de fundamental importância, pois coloca em xeque o ponto crucial da importância de socialização da luta da pessoa com deficiência, o ponto que nos diz: qualquer uma de nós, enquanto mulheres podemos nos tornar pessoas com deficiência em algum momento de nossas vidas, haja vista que não existem apenas deficiências congênitas, mas também aquelas que são adquiridas. Adquirir uma deficiência é um grande perder-se de si mesmo/a, é ir para um espaço da sociedade em que as pessoas não cansam de lançar olhares de pena, mas quase nunca olhares de direitos. Lugar este que não deve ser reforçado nem naturalizado, pois o próprio curso da história já provou que as pessoas com deficiência são dotadas de potencial político e emancipatório, colocado em prática na conquista histórica de diversos direitos e espaços de participação.

⁶Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/07/pauta-feminina-novos-dados-dimensionam-a-violencia-sexual-contr-a-mulher-com-deficiencia>> Acesso em: 19.mai.2019.

A resistência aparece como imperativo a todos/as para o enfrentamento da barbárie e de suas consequências desumanizadoras e mesmo que silenciadas; excluídas e negligenciadas pessoas com deficiência adotaram estratégias de luta política e social para serem ouvidas, tendo como prova disto os marcos históricos de avanços legais e normativos para a consolidação dos direitos deste segmento, assunto no qual iremos nos deter um pouco mais a frente.

Em termos dos marcos desta pesquisa para a produção bibliográfica do Serviço Social, vale destacar a necessidade da apropriação da pauta da deficiência pelos setores progressistas e emancipatórios da sociedade, pois a negligência histórica dos movimentos sociais de esquerda e da própria categoria dos/as Assistentes Sociais sobre um debate crítico e político da deficiência e seus rebatimentos na vida das mulheres, propiciou um terreno fértil para a refilantropização da Questão Social e das políticas sociais, promovidas pelos setores neoliberais e conservadores da sociedade, que defendem a PcD apenas como sujeito digno de caridade e piedade por parte da sociedade e do Estado.

O passado histórico do próprio Serviço Social, inserido em seus marcos iniciais enquanto profissão, em um contexto de dura repressão e policiamento das demandas da classe trabalhadora ⁷ decerto fomentou e fomenta, até hoje, uma prática higienista e normalizadora para com aqueles que não se adequam às exigências do capitalismo. E mesmo com nossas conquistas a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, na década de 1980, não se pode supor que todos os assuntos foram revistos e agora são tratados de forma politizada e crítica, donde surge a necessidade de instigar o estudo de pautas pouco trabalhadas no Serviço Social como parte do processo contínuo de qualificação e compromisso ético e político no exercício profissional. Importante ressaltar, ainda que o processo de renovação do Serviço Social no Brasil é um movimento permanente de inclusão e aprofundamento de temáticas e questões que aproximem a agenda profissional do cotidiano de vida da classe trabalhadora em sua heterogeneidade e diversidade.

Ademais, a importância do aprimoramento do estudo e análise da deficiência nos espaços de socialização do conhecimento no Serviço Social, também se respalda nos compromissos com a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” conforme estabelecido no artigo III do Código de Ética Profissional quando lista os princípios fundamentais que balizam a atuação do/a Assistente Social. Assim como, e

⁷Cf. Iamamoto e Carvalho (2014), especialmente os capítulos 1 e 2 da parte II.

principalmente, na defesa e luta contínua pelo “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, estabelecido no artigo VI deste mesmo Código.

Sendo assim, o estudo da deficiência em sua relação com os determinantes de raça; classe e gênero devem ser ampliados e defendidos não só pelo Serviço Social, mas por todos/as aqueles/as que lutam em favor da diversidade humana e de suas múltiplas formas de expressão. Mulheres com deficiência devem ser consideradas enquanto sujeitos políticos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária e justa; as violências sofridas não podem mais ser silenciadas. O debate é urgente e não pode mais ser deixado para depois, pois enquanto houver existência haverá a necessidade de falar sobre ela e de lutar para que vidas de mulheres com deficiência sejam respeitadas em todas as formas; cores e amores na construção de uma sociedade em que possamos ser.

A explanação acerca do termo utilizado para se referir aos sujeitos tomados como cerne nessa pesquisa também é válida para que o método de busca e apreensão da realidade seja mais bem qualificado. É de amplo conhecimento as várias denominações dadas às pessoas com deficiência ao longo da história: pessoa portadora de deficiência; pessoa portadora de necessidades especiais; pessoa deficiente ou simplesmente deficiente. Estes termos estiveram presentes em documentos oficiais que fazem parte da cronologia dos marcos legais de inserção deste segmento nas políticas sociais, e até hoje coexistem nas referências verbais. O termo pessoa com deficiência é atualmente o reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em seus documentos e caracteriza estes indivíduos como “*aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas*” (ONU, 2008, p.18).

É importante situar que não existe um consenso no uso dessa denominação, apesar de seu caráter oficial, algumas correntes teóricas que analisam a deficiência ainda consideram o termo ‘pessoa deficiente’ o mais adequado para se referir aos indivíduos com os impedimentos anteriormente descritos, porém o uso da nomenclatura pessoa com deficiência, de acordo com a direção social, teórico-metodológica dessa pesquisa, é o que mais se aproxima de uma análise da deficiência em sua dinâmica e totalidade. O que pode ser exposto nas palavras de Amaral (1995, p.61)

A forma verbal acentua o aspecto dinâmico da situação; desloca o eixo de atributo do indivíduo para sua condição e, simultaneamente, recupera a pessoa como “sujeito da frase”; coloca a deficiência não como sinônima da pessoa; e em consequência, tem um caráter mais descritivo que valorativo.

As estratégias que formam a metodologia dessa pesquisa e que possibilitaram a análise dos dados aqui apresentados foram:

- Revisão bibliográfica e levantamento documental a fim de localizar livros; sites; artigos; teses e dissertações que fundamentassem as afirmações e descobertas na perspectiva teórico-metodológica da investigação. Foi necessária a leitura de materiais que abordassem a diversidade humana; a deficiência; o capacitismo; o movimento feminista brasileiro e a forma com que estes se relacionam com as opressões estruturais presentes no modo de produção capitalista.
- Caracterização e análise do material disponível nas plataformas virtuais dos seguintes coletivos feministas brasileiros: Articulação Brasileira de Mulheres (AMB); Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimento Mulheres em Luta (MML), no período de janeiro a outubro de 2019, com o objetivo de apontar quais as possibilidades de diálogo entre as atuais pautas do movimento feminista brasileiro e as demandas das mulheres com deficiência.

Partido de uma análise histórica, material e dialética haverá a articulação entre os saberes teóricos e os fenômenos empíricos, por entender que esta é de extrema importância para que as justificativas da pesquisa sejam ratificadas assim como para que os anseios intelectuais e pessoais por suas descobertas sejam devidamente processados com base em uma análise crítica e concreta das expressões do real.

No que se refere à organização estrutural deste trabalho, a monografia apresenta-se dividida em três (3) capítulos, sendo o primeiro a presente introdução; o segundo intitulado ‘Deficiência como expressão da luta por direitos e da diversidade humana’ dividido em dois eixos: 1) um com o propósito de situar historicamente a relação da pessoa com deficiência e a sociedade ocidental bem como as formas com que se iniciam os processos de reconhecimento das PcD enquanto sujeitos de direitos e 2) um breve estudo sobre o modelo social da deficiência e sua importância enquanto marco histórico para o ingresso da deficiência no cenário das disputas políticas.

O terceiro capítulo aborda a relação da mulher com deficiência e o feminismo no Brasil, iniciando este debate por meio de uma breve retomada dos estudos da diversidade e como esta aparece enquanto eixo central para entender a deficiência na vida das mulheres, e em seguida situa-se como a agenda política do feminismo, em seu processo de formação histórica e até os dias atuais, muitas vezes deixa de atentar para as especificidades da deficiência enquanto opressão estrutural na vida das mulheres, contribuindo, assim, com o processo de invisibilização da dimensão das relações sociais e patriarcais de gênero enquanto constituinte e determinante na vida das mulheres PcD.

Por fim, algumas considerações finais são apresentadas com o intuito de contribuir no aprofundamento da temática no universo do Serviço Social brasileiro e de reforçar a importância da organização e da luta política como estratégias fundamentais para que as pessoas com deficiência participem do processo de construção de uma ordem societária alternativa à égide do capital.

2. DEFICIÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA LUTA POR DIREITOS E DA DIVERSIDADE HUMANA

Refletir sobre os avanços históricos, políticos e sociais vivenciados pelas pessoas com deficiência na sociedade requer que tenhamos fundamentos teórico-políticos críticos e atentos às múltiplas determinações presentes na história. Atualmente temos nos aparatos jurídicos um grande peso para o estabelecimento das conquistas nos níveis legais: a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Com sua incorporação ao artigo quinto da Constituição Federal de 1988 temos a inauguração do primeiro tratado internacional com força de norma constitucional (DICHER e TREVISAM, 2014). Contudo, como já dito anteriormente é necessário estabelecer análise de totalidade para a apreensão das conquistas sociais contextualizadas em suas dinâmicas e inseridas nos diferentes contextos sociais; políticos e econômicos.

Como apontado por Santos (2019) não podemos centralizar o debate da diversidade humana apenas na esfera cultural, pois esta não pode ser apreendida separadamente dos outros complexos sociais, nem muito menos apartada de suas bases materiais concretas. Situado o tratamento que daremos neste trabalho às expressões culturais, é que podemos fazer uso de algumas delas para buscar as determinações fundamentais na relação entre a pessoa com deficiência e a sociedade e entender como esta foi sendo ressignificada e reconfigurada de acordo com as necessidades do modo capitalista- patriarcal-racista de produção.

Não nos interessa neste momento uma retomada puramente cronológica dos fatos, esta será feita sempre em diálogo com os objetivos desta produção que mesmo tendo como proposta o debate sobre a relação entre gênero e deficiência se utilizará, nesta etapa introdutória do debate sobre a deficiência, de fatos históricos que abordam a relação das PcD como um todo, independentemente de serem homens ou mulheres, com a sociedade ao longo do curso da história. Como já abordado, a dimensão cultural mesmo não podendo se sobrepor a nenhuma outra esfera de análise da vida em sociedade nos oferece importantes contribuições no fornecimento de fatos e dados empíricos que servem como contato imediato entre aqueles indivíduos pertencentes a um determinado grupo social e aqueles não pertencentes, mas interessados em uma aproximação sucessiva dos modos de vida daqueles. Neste capítulo por meio de uma análise de como a relação entre a sociedade e deficiência se constituiu ao longo do percurso histórico, trataremos os marcos de inserção das pessoas com deficiência nos espaços políticos bem como as estratégias adotadas por meio da auto-organização destes

indivíduos com o objetivo de retirar o caráter puramente patologizante e médico da deficiência.

2.1 Análise histórica da deficiência como uma questão de direito

No debate sobre a deficiência, uma retomada histórica da relação da sociedade com as PcD e da forma com que estas são inseridas no universo cultural nos diz um pouco mais sobre a história desse segmento social, história essa repleta de lutas e resistência à barbárie capitalista.

Diversos são os autores⁸ que empreendem análise sobre a história da deficiência, para níveis do alcance e propósitos desta parte do trabalho, faremos uso de alguns estudos de caráter mais cronológico e introdutório que acredito serem de grande valia para a visualização da dinâmica dos processos de inserção da pessoa com deficiência nos espaços sociais de acordo com a organização econômica e social dos primeiros povos a apresentarem complexos e instituições sociais melhor desenvolvidos.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a exposição cronológica dos fatos e o “passeio” pelos diferentes períodos históricos não cumprirão seu caráter explicativo e esclarecedor se não mantivermos um diálogo constante com o debate marxista acerca da história da humanidade, pois devemos entendê-la como fruto do movimento dialético da realidade e das lutas entre as classes sociais antagônicas, pois como o próprio Marx afirma: “a história da humanidade, até hoje, é a história da luta de classes” (1997 p.29).

É válida a menção acerca do desenvolvimento das forças produtivas enquanto parte do desenvolvimento, ainda que não de forma linear, do próprio gênero humano em seu processo de complexificação de necessidades, por meio da objetivação do trabalho coletivo. Somente com uma análise que centralize o trabalho enquanto categoria ontológica fundante do ser social é que podemos apreender a totalidade dos fenômenos sociais, por meio do alcance da essência destes, sendo assim nenhum dado histórico aqui citado e analisado poderá falar por si só de forma isolada, sem o uso das devidas mediações entre os complexos sociais estabelecidos nas sociedades que aqui serão elencadas, em determinado período historicamente determinado.

Iniciamos pelos primeiros registros da relação entre as sociedades antigas e a deficiência, situando a diferença estabelecida entre pessoas com e sem deficiência em três

⁸ Cf. Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011); Pacheco e Alves (2007); França (2013); Diniz (2007).

grandes referências históricas no estudo do desenvolvimento da humanidade em termos de produção material e espiritual: a sociedade egípcia; a sociedade grega e a sociedade romana. Os marcos temporais de análise não serão os mesmos para as três, devido ao pouco registro que se obteve após busca documental, que dissertasse sobre a vida da pessoa com deficiência enquanto parte destas organizações sociais. Aqui já temos uma interessante reflexão, pois a ausência de dados também se apresenta como um dado nesse sentido quando nos leva a questionar: os poucos documentos e representações da deficiência na história dessas três grandes sociedades expressam a inexistência de pessoas com deficiência? A história já nos provou que não. As situações de isolamento e até mesmo o assassinato em série (principalmente dos deficientes físicos) retirou destas pessoas as possibilidades objetivas de estar nos espaços de formação política destas sociedades antigas, situação esta que muito pouco conseguiu ser revertida em direção a uma politização efetiva e comprometida com a luta de classes das demandas das PcD, assunto que abordaremos mais adiante.

Vejamos aspectos da jornada histórica da pessoa com deficiência no mundo antigo, situando como estas eram tratadas na sociedade egípcia. Não é nosso objetivo neste trabalho fazer uma análise aprofundada sobre todas as instituições sociais e as relações econômicas e políticas ali existentes. Por motivos de falta de acesso a resultados seguros e unânimes sobre o marco temporal a que estamos nos referindo, não pretendemos afirmar que esse foi o tratamento direcionado às pessoas com deficiência durante todo o tempo de existência do Egito Antigo, o mesmo caso se aplica aos exemplos da antiga sociedade romana e grega. Existem diversas análises importantes para particularizar a vida das PcD dentro de cada sociedade independente do período histórico ao qual nos referimos. O que se pretende com a menção exemplificadora dessas sociedades e o trato dispensado à deficiência, é demonstrar por via da comprovação histórica dois elementos: 1) a deficiência é tema de elaboração artística; cultural e política há muito tempo na história da humanidade; o que nos dá a certeza que estas pessoas [com deficiência] não surgem enquanto sujeito somente quando se passa a politizar e regulamentar seu direito a existência em termos jurídicos, pois a diversidade expressa na deficiência é anterior a organização política (SANTOS, 2019) e 2) os avanços atualmente conquistados devem ser levados em consideração em um contexto histórico e dialético que promovem a contraditoriedade presente na afirmação dos direitos de qualquer segmento da sociedade no capitalismo.

Retomando o Egito Antigo, temos registro de que a deficiência, nesta sociedade recebia atenção de todos os seus integrantes, pois era vista como uma condição carente de

cuidados e de responsabilidade de todos os membros da vida social (DICHER e TREVISAM,2014).

Os famosos papiros também registram práticas médicas realizadas no Egito Antigo, sendo que dentre elas há menções a tratamentos voltados aos problemas de deficiências. Além desses papiros, exames patológicos realizados em múmias constataram que os egípcios eram afetados constantemente por infecção nos olhos. Em virtude da alta taxa de incidência dessas doenças, o Egito ficou conhecido como a “Terra dos Cegos, existindo dentre esses, faraós, coral de cegos e até mesmo médico especializado em visão na corte de reis persas (SILVA, 1987, p. 14).

Algumas representações artísticas do Egito Antigo retratam homens com deficiência em postos de ocupação (como porteiros ou músicos), demonstrando que já haviam formas de inserção destas pessoas nos espaços sociais para além da vida doméstica, aqui são validas duas observações: 1) todas as representações artísticas sobre deficiência nas três sociedades do mundo antigo aqui abordadas trazem somente a figura masculina ocupando os espaços públicos seja enquanto prestador de um determinado serviço ou na condição de pedinte; 2) independente da relação específica com a deficiência, que varia entre as sociedades, e dentro delas mesmas a depender do período histórico a que nos referimos, todas tendem a representar a pessoa com deficiência apenas enquanto alvo de ações pontuais que era ou de cuidado e proteção ou de completa abjeção e desejo de eliminação do corpo considerado disforme e fora da normalidade desejada, em nenhum deles estes indivíduos aparecem enquanto sujeitos dotados de vontade própria ou capazes de decidir sobre suas próprias vidas.

Passando agora a um breve debate acerca da representação da deficiência para os gregos, identificamos uma diferença expoente em relação ao ideário presente no Egito Antigo. Para a população grega, o único destino possível para as PcD era o de abandono ou sacrifício, cabendo aos anciãos da sociedade (formadores de uma Comissão oficial de reconhecida autoridade) a responsabilidade por eliminar os recém-nascidos com alguma condição de deficiência física ou visual. O que fica nitidamente expresso nas palavras de Platão ao analisar sobre s condições impostas às crianças com deficiência já no momento de seu nascimento:

“(a medicina e jurisprudência) cuidarão apenas dos cidadãos bem formados de corpo e de alma, deixando morrer os que sejam corporalmente defeituosos (...) é o melhor tanto para esses desgraçados como para a sociedade em que vivem” (PLATÃO, 1949 p.716).

Existem alguns registros documentais ⁹para além desta citação que nos dizem um pouco mais sobre como havia, principalmente na sociedade grega, uma conduta de intolerância total às pessoas com deficiência, negando-lhes o direito à existência antes mesmo de poderem se desenvolver e estabelecer relações de convívio com suas famílias.

Uma figura interessante e contraditória dentro da sociedade grega foi o poeta Homero ¹⁰escritor dos célebres poemas de *Ilíada* e *Odisséia*, viveu na Grécia Antiga no período de 928 a.C. a 898 a. C. e é representado em pinturas como um homem cego, aparecendo sendo guiado por algum jovem rapaz ou em algumas esculturas com uma notória diferença entre seus dois olhos.

Não foram encontrados registros históricos confiáveis o bastante para que pudéssemos afirmar se Homero tinha essa deficiência desde seu nascimento (deficiência congênita) ou se a adquiriu em algum acidente ou punição recebida à sua época, o fato é que um dos gregos mais conhecidos da História foi uma pessoa com deficiência, em uma sociedade que matava estas pessoas pelo simples motivo de sua deficiência. Certamente por ser homem, livre e poeta Homero tinha características que o deixavam em um patamar de prestígio na sociedade grega, e estes não serão objeto de nossa análise neste espaço, porém o marco de sua existência na sociedade da Grécia Antiga não deixa de ser fundamental para situarmos a deficiência enquanto possibilidade da existência humana que não significa anulação das formas de expressão subjetiva e objetiva da pessoa que a tem (relembremos: Beethoven e suas produções musicais; Van Gogh com seu belíssimo acervo de pinturas; Stephen Hawking e suas imensas contribuições ao estudo da Física Teórica e da Cosmologia, dentre outros).¹¹

Voltando para o debate histórico sobre a relação entre a deficiência e as sociedades antigas, vamos por último abordar Roma, buscando ainda alguns elementos, como todos os outros até aqui expostos, que nos deem bases históricas para apreender a trajetória histórica; econômica e política das pessoas com deficiência em seu processo de auto-organização política e conquista de direitos.

Em Roma, não são notadas grandes diferenças da realidade grega quando da sociabilidade das pessoas com deficiência. Como nos resume Alves (2010, p. 99) ao analisar

⁹ Sobre isso, consultar: Lucrécio em *Da Natureza* (1962) e Aristóteles em *A política* (2004).

¹⁰ A existência deste poeta mistura lenda e realidade, pois não há um consenso entre os historiadores acerca de sua vida e obras. Contudo, esta figura entra pra História como um célebre escritor que nasceu e viveu no século VIII a.C.

¹¹ Para saber um pouco mais sobre a vida destas pessoas e os desafios impostos por suas deficiências é possível consultar alguns trabalhos: *A Surdez de Beethoven, o desafio de um gênio* (2009); *Artes Visuais e Deficiência Intelectual: Aprendizagem através da arte-educação, um estudo de caso na APAE de Jacobina- BA* (2017); *Minha Breve História* (2013).

as condições para que um ser humano nascido de mulher fosse visto como defeituoso ou monstruoso:

[...] primeira “quando tivessem, no todo ou em parte, configuração animal (os romanos acreditavam na possibilidade de nascerem seres híbridos ou inumanos da cópula entre animal e mulher)”; e, em segundo lugar, “quando apresentassem deformidades externas excepcionais, como, por exemplo, o caso de acefalia (ausência aparente de cabeça em criança, que, apesar disso, muitas vezes vive por algum tempo)” (Idem).

Contudo, se diferenciando do estabelecido na sociedade grega o infanticídio não era uma prática regular, pois os pais dessa criança tinham por prática colocarem as mesmas em cestos destinados à margem do rio Tibre, abandonando-as, assim, à própria sorte, mas sem tirar-lhes a vida em forma de sacrifício. Em alguns casos esses bebês eram encontrados por exploradores que os/as usavam, em sua maioria, como pedintes de esmola assentando-os/as nas portas das Igrejas e das casas de famílias mais abastadas (Dicher e Trevisam, 2014). Ainda dentro das práticas mais comuns à sociedade romana, conforme nos indica Silva (2009, p.12) ‘foi extremamente notória em Roma também a utilização de meninas e moças cegas como prostitutas, além de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar’.

A menção separada de cada uma das particularidades dessas sociedades do mundo antigo em sua relação com a deficiência, não quer dizer que estas características não coexistiam dentro da mesma sociedade ou não foram transformadas ao longo de um determinado período de tempo, muito pelo contrário, o crescente desenvolvimento das forças produtivas mediante a complexificação do trabalho e o contato cada vez mais crescente das sociedades entre si, também é um fator a ser levado em consideração, pois tinham o potencial de transformas as relações interpessoais dos indivíduos.

Podemos identificar a concretização do que foi afirmado anteriormente, quando das relações sociais estabelecidas em Roma, há o aprofundamento dos princípios do Cristianismo enquanto religião oficial do Império Romano. Enquanto religião que tem em seus princípios o amor ao próximo; a benevolência para com os menos favorecidos e a caridade, ao se espraiar por via da dominação econômica e social para os segmentos da sociedade romana, o Cristianismo passa a pregar o respeito à vida e a condenar o assassinato de crianças consideradas disformes e inúteis à sociedade (DICHER e TREVISAM, 2014).

Contudo, somente a ascensão do cristianismo não foi o suficiente para transformar a visão predominante das sociedades antigas sobre a pessoa com deficiência e a atribuição de

um juízo de valor à existência destas. Fato comprovado pelos estudos acerca do que foi o período da Idade Média para as PcD, que eram vistas como castigadas por Deus e portadoras de um feitiço eterno lançado sob seus corpos como forma de punição por pecados cometidos em outra vida (MARANHÃO, 2005).

Assim, o destino era quase sempre o de abandono; negligência e mendicância. Ainda assim, a deficiência passa a adentrar, nesse período, na esfera das preocupações públicas, exemplo disto é a criação dos primeiros abrigos e hospitais destinados ao acolhimento de idosos e pessoas com deficiência (os chamados inválidos) por parte da Igreja e dos senhores feudais.

Dentre os hospitais daquela época destinados ao acolhimento de pessoas com deficiência, destaca-se a fundação do primeiro hospital para pessoas cegas, criado por Luiz IX (1214-1270). O chamado Hospicedes Quinze-Vingts oferecia moradia e alimentação a aproximadamente 300 cegos (DICHER E TREVISAM, 2014, p.9).

No advento da Idade Moderna, o chamado Renascimento, passa a disseminar os ideais de valorização do homem e do corpo humano. Em termos de demarcação temporal, este período vai desde a tomada de Constantinopla pelos Turcos otomanos em 1453 até a Revolução Francesa de 1789. Este período é rico em contribuições para diversas áreas do conhecimento, as transformações ocorridas no mundo da Música; da Arte; da Medicina e das Ciências Biológicas como um todo inauguram um novo patamar de elaboração sobre a existência humana e suas possibilidades. Decerto, como base concreta de todas essas transformações haviam as transformações nas forças produtivas e nas relações de produção (estas demorando muito mais tempo histórico e social para se transformarem do que aquelas) que propiciaram tensionamentos e rupturas nas estruturas sobre as quais estavam assentadas as sociedades antigas e modernas.

Por se tratar de um período que envolve diversas etapas da transformação social e conseqüentemente diversos contornos assumidos pela luta de classes, não teremos espaço para tratar detalhadamente como as modificações no mundo do trabalho e das relações sociais de classe-raça/etnia-gênero foram alterando a relação entre a pessoa com deficiência e a sociedade. É claro que com essa afirmação não estamos entendendo que a pessoa com deficiência não faz parte da sociedade, pelo contrário, a forma dialética da relação entre indivíduo e sociedade requer a apreensão das mediações pelas quais se objetivam a conexão entre o individual/particular e universalidade da essência humana (SANTOS 2019). O que estamos reiterando é a impossibilidade de traçar um resgate histórico completo sobre estas

mediações, nos limites deste trabalho e, também, pelo fato de que este não é seu objetivo principal, podendo ser aprofundado e relacionado com o estudo da diversidade em momentos posteriores.

Ainda assim, essa valorização do estudo do corpo e das formas de expressão da vida humana e a transformação nas Ciências e nas Artes que daí surgiu operaram de forma significativa e positiva quanto ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência. Como observa Maranhão (2005, p. 26): ‘Surgiram, nesse contexto, hospitais e abrigos destinados a atender enfermos pobres. Os deficientes, aquele grupo especial que fazia parte dos marginalizados, começaram a receber atenções mais humanizadas.’

Ora, toda esta breve retomada histórica sobre a relação entre deficiência e sociedade serviu para que pudéssemos visualizar por meio de que processos e contextos a luta da PcD vêm se organizando e se tornando uma luta política e potencialmente emancipatória se atrelada à luta de classes.

No século XX existem dois acontecimentos históricos que são de grande importância para o início da inserção das demandas sociais das pessoas com deficiência nas esferas políticas e jurídicas, que são justamente a ocorrência das duas grandes Guerras Mundiais (a primeira indo de 1914 a 1918 e a segunda de 1939-1945). A ocorrência da I Guerra Mundial vem para retroceder um ciclo de visibilização das pessoas com deficiência que vinha se concretizando desde o início do século XIX quando:

deu-se um importante reconhecimento da pessoa com deficiência, passando a ser vista com força laboral. Essa visão de potencialidade da pessoa com deficiência para o trabalho foi reforçada por determinação de Napoleão Bonaparte ao exigir “de seus generais que olhassem os seus soldados feridos ou mutilados como elementos potencialmente úteis, tão logo tivessem seus ferimentos curados” (SILVA, 2009).

Avanços estes que também se inseriram nas primeiras décadas do século XX com a realização das primeiras conferências e congressos para lidar especificamente com os assuntos inerentes à vida das pessoas com deficiência.

Versando sobre “crianças inválidas”, “pessoas deficientes”, reabilitação, dentre outros temas, podendo-se oferecer maior ênfase às seguintes: Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas (Londres/Inglaterra, 1904), Congresso Mundial dos Surdos (Saint Louis/EUA, 1909), e a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes (Washington D.C./EUA, 1909) (GUGEL, 2007, p. 13).

Ao final da I Guerra Mundial vários soldados enviados aos campos de batalha voltam para suas casas com lesões permanentes, que acabaram resultando em deficiências físicas, visuais e auditivas. Ademais, ocorre enorme quantidade de casos de adoecimento mental provocados pelo grande estresse e acúmulo de traumas à que estes homens foram submetidos enquanto serviam às suas pátrias. Entretanto, alia-se ao fim da Guerra o início de uma grande crise financeira que tornava impossível o déficit de força de trabalho assalariada representada por essa parcela da população que havia voltado para seus países destituídos de membros e/ou sentidos. Tornando assim extremamente necessário o desenvolvimento de técnicas de reabilitação para os ex-combatentes agora com deficiência.

A Conferência de Paz ¹² que aprovou o Tratado de Versalhes, além de dispor sobre as novas fronteiras alemãs, sobre as sanções e reparações impostas aos vencidos, também criou “um importante organismo internacional para tratar da reabilitação das pessoas para o trabalho no mundo, inclusive das pessoas com deficiência: a Organização Internacional do Trabalho – OIT” (GUGEL, 2007, p.13)

Esta é a primeira inserção do segmento da pessoa com deficiência em um documento formal e jurídico com tom de lei de que se tem notícia na História, sendo muito interessante e importante a pontuação de que o motivo que a impulsionou foi a necessidade da superação de uma crise econômica que não podia dispensar a venda da força de trabalho seja lá de quem fosse. Desta forma, não podemos romantizar a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho por esta se tratar (independentemente do tempo histórico em que se realiza) do atendimento de uma necessidade do capitalismo para sua manutenção e reprodução: a compra e a venda da força de trabalho explorada.

A II Guerra Mundial é também outro fator de peso na caminhada pela visibilização e conquista de direitos das pessoas com deficiência. Deve ser mais prudente o alerta que na verdade foram as consequências desastrosas dessa Guerra que deixaram a humanidade em um estado de perplexidade e revolta quando da exposição das chocantes realidades sub-humanas dos campos de concentração nazistas e do genocídio de milhares de judeus; polacos; húngaros, dentre outros povos.

¹²Reunião realizada pelas potências aliadas que saíram vencedoras da Primeira Guerra Mundial. Tinha como objetivo fixar um novo mapa político da Europa, as indenizações de guerra a pagar pelos alemães aos Aliados e quais seriam as condições de desmilitarização dos países vencidos. Seu resultado seria o Tratado de Versalhes, assinado, compulsoriamente, pelos alemães em junho de 1918.

É no advento deste conflito mundial que surge o conceito de “vida indigna de ser vivida” que segundo Agambem (2010, p. 132-136)

[...] deriva da obra intitulada *Die Freigabe der Vernichtungsliebensunwerten Lebens* (A autorização do aniquilamento da vida indigna de ser vivida), publicada em 1920, cujos autores foram Karl Binding, um especialista em direito penal, e Alfred Hoche, um professor de medicina. Ao defender a impunidade do suicídio e, principalmente, o conceito de “vida sem valor” (ou “indigna de ser vivida”) orientavam à prática da eutanásia em indivíduos considerados incuravelmente perdidos e que expressassem seu desejo de “libertação”

É nítido como as pessoas com deficiências eram facilmente inseridas nessa classificação de indignos para a filosofia de superioridade e pureza da “raça ariana”. Os genes indesejáveis dos considerados disformes eram imediatamente rejeitados e quando não se tornavam alvo de brutais experiências médicas, iam diretamente para um campo de concentração onde morreriam pelas condições extremas de fome; frio e outras necessidades em alguma câmara de gás, onde milhares de pessoas entraram e deixaram ali seus últimos suspiros repletos de dor e aniquilação.

Mais uma vez, a PcD é jogada para os calabouços da história e tem seu direito à existência colocado em xeque. Afinal, para quê deixar viver essas pessoas que não eram vistas com nenhum potencial produtivo; artístico; reprodutor ou até mesmo humano? Não se tem estimativas exatas de quantas pessoas com deficiência foram sacrificadas durante o regime nazista na Alemanha, mas diante dos números exorbitantes de mortes ¹³ podemos pressupor que parte significativa destas foram motivadas não só pelo pertencimento étnico/racial; político e/ou de orientação sexual, mas também por serem corpos desviantes do ideal alemão de perfeição e superioridade.

Com o fim da Guerra, em 1945, é fundada a Organização das Nações Unidas. O documento da Organização é a chamada Carta das Nações Unidas que já em seu preâmbulo situa que na via do direito e do reconhecimento das barbáries cometidas durante o conflito mundial com o intuito de evitar sua repetição é que seriam tratadas todas as questões pertinentes à realidade das nações.

É com o intuito de reforçar as determinações expressas na Carta das Nações Unidas que é lançada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que faz menção expressa à pessoa com deficiência em seu artigo XXV, situando estes indivíduos

¹³ Para se apropriar melhor do contexto social e histórico em que acontecem as atrocidades do Holocausto, recomenda-se: *A Assustadora História do Holocausto* (2013); *Modernidade e Holocausto* (1998) e *Os Assassinos da Memória* (1988).

ainda na condição de inválidos, mas ainda assim reconhecendo a responsabilidade dos Estados nacionais na garantia da preservação dos direitos básicos deste segmento.

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle (ONU, 1948).

Com o início da década de 1950 foram criadas algumas instituições voltadas especificamente para o acolhimento e atendimento das pessoas com deficiência em vários países de capitalismo desenvolvido. Porém, no âmbito internacional houve um déficit da promulgação e elaboração de outras Leis que minimamente complementasse e especificasse o que havia sido parcamente abordado na Declaração dos Direitos Humanos.¹⁴

Em termos de reconhecimento mínimo da pessoa com deficiência enquanto sujeitos de direitos nos marcos da jurisdição brasileira, é somente na Constituição Federal de 1934 que há um embrião do que seria posteriormente chamado de “integração da pessoa deficiente” (Araújo 1997, p. 58), quando esta preconiza em seu artigo 138 que deve ser de responsabilidade do Estado, dos Municípios e da União “*a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar.*” O marco verdadeiro só vem com a Carta Magna de 1988 que buscou seguir a evolução mundial que já havia na garantia de direitos por parte do Estado, às pessoas com deficiência. Foi no ano imediatamente posterior à sua promulgação que aconteceu a edição da Lei n. 7.853/89, que cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- CORDE, bem como disciplinou, dentre alguns outros pontos, o apoio às pessoas “portadoras de deficiência” em seu processo de integração social.

¹⁴ Ao longo da segunda metade do século XX, tratou-se dos direitos dos refugiados, da não discriminação racial, da não discriminação da mulher, dos direitos das crianças, citando a título de exemplo: Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966); Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1969); Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra a mulher (1979); Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1979); Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989). Mesmo com a declaração, em 1981, do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, demonstrando a preocupação mundial com a questão, pouco de realmente consistente se operou a título mundial, persistindo a contínua exclusão da pessoa com deficiência na esfera legislativa (Dicher e Trevisan, 2014).

Para fins de conclusão deste momento de recuperação histórica da jornada das pessoas com deficiência em seu processo de auto-organização e reconhecimento social, é de extrema importância a menção da Declaração Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no pela 61º Assembleia da ONU em dezembro de 2006. Este documento traz inestimáveis avanços jurídicos e históricos, pois além de ser o primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional (EC) nº45/2004; é o primeiro documento que passa a absorver demandas oriundas da organização política das pessoas com deficiência ao redor do mundo. O que pode ser observado no elencar de alguns pontos presentes em seu texto defendidos como direitos básicos e pautas obrigatoriamente presentes na abordagem da temática em qualquer espaço social.

- Mulheres com Deficiência
- Prevenção contra a violação, a violência e o abuso.
- Vida independente e inclusão na comunidade.

Certamente, a inserção destas e outras temáticas presentes na Convenção não são suficientes para fazer com que a vida das pessoas e mais especificamente das mulheres com deficiência seja respeitada e vivida com dignidade. Os limites inerentes à uma sociedade patriarcal-capitalista-racista perpassa todas as Instituições e complexos sociais, conferindo aos direitos conquistados um verniz de igualdade que não se efetiva nas relações sociais estruturalmente desiguais e opressoras. Ainda assim, a exposição e a análise desse terreno social e historicamente construído da pessoa com deficiência enquanto sujeito de direitos foi de grande relevância para que possamos entender como a auto-organização destes indivíduos foi propulsora da formação de uma agenda política e da retirada da deficiência do campo estritamente médico e patologizante para inseri-la nas lutas e disputas políticas.

2.2 A politização da deficiência e das principais demandas

Vamos agora passar a análise dos marcos teóricos e sociais que contribuíram e formaram o processo de politização da deficiência e da inserção das PcD nos espaços de tensionamento e construção de um projeto societário alternativo ao capitalismo. Falar sobre pessoas com deficiência na arena política, requer analisar o modelo social da deficiência

(MSD) e de todas as suas características, pois é a partir dele que temos a compressão do respaldo social e teórico que orientou a auto-organização destes indivíduos [com deficiência] na década de 1960.

Partimos de uma breve recuperação e apreensão do modelo médico da deficiência (MMD) que formou todo o arcabouço teórico; político e social ao qual o modelo social se opõe. Para este a pessoa com deficiência é vista apenas sob uma dimensão de sua vida: a da limitação que a deficiência impõe. Não existe nenhuma relação desta pessoa com a sociedade em que está inserida, nem o mínimo esforço para entendê-la dentro de um processo de construção e reconhecimento enquanto ser social inserido na vida social em suas diferentes dimensões. A lesão sofrida e a consequência que esta impõe é a única forma de apreensão dos indivíduos e a única mediação destes para com os outros.

O parâmetro do MMD é o estabelecimento de um padrão de normalidade a ser perseguido e alcançado pelas PcD para que se tornem menos disfuncionais e mais próximas aos indivíduos que eram considerados ‘normais’ e não apenas como pessoas sem deficiência. Dessa forma, todos os esforços eram feitos na intenção de normalizar ao máximo a forma com que as pessoas com deficiência interagiam com o mundo e fazer sua condição ser minimamente notada pelos demais grupos da sociedade.

Vem daí uma legitimação para um trato impositivo e até violento direcionado às pessoas com deficiência. Exemplo disto é a educação extremamente agressiva que era dada aos surdos, privando-os da comunicação na linguagem de sinais, pois acreditavam que esta podia ser perigosa e até ameaçadora para os ouvintes, que não tinham como exercer controle sobre o que estava sendo conversado e decidido pela comunidade surda. Com a intenção de fazer com que as pessoas privadas da audição estivessem o mais próximo possível da via normalizadora, estas eram obrigadas a se comunicar por meio da mímica e da leitura labial, recebendo até agressões físicas quando não entendiam o que queriam lhe dizer ou insistiam em fazer uso da linguagem em sinais.¹⁵

Diferente do modelo social da deficiência não há uma especificação temporal exata que nos ajude a delimitar quando o modelo médico surgiu, o que sabemos é que as instituições destinadas ao isolamento¹⁶ das pessoas com deficiência datam de muitos séculos e podemos pressupor, dado o pouquíssimo conhecimento e a grande abjeção destinada às

¹⁵ Cf. Skliar (2010).

¹⁶ Em alguns textos, ainda há a presença do termo ‘acolhimento’, mas acreditamos que este não é o mais adequado, pois ameniza as reais condições em que estas pessoas eram inseridas nestas Instituições, que eram de total desconexão com o exterior e com a dinâmica da vida em sociedade.

peessoas com deficiência naquelas sociedades mais antigas, que o tratamento não era minimamente humanizado ou pautado no respeito pela dignidade destes sujeitos, enxergando-os apenas como castigados pelo destino ou dignos de uma pena e caridade que esvaziavam completamente o potencial político e autônomo dos assistidos.

Como já discutido anteriormente nos espaços desta monografia, a atenção médica à deficiência data do período conhecido como Idade Moderna, pois o próprio desenvolvimento da medicina e a curiosidade sobre o funcionamento do corpo humano e suas diferentes formas, faz com que os cientistas passem a tentar entender de que maneiras o corpo pode se tornar diferente em sua funcionalidade durante o próprio decorrer da vida. Contudo, é apenas no século XX que o modelo médico passa a se expressar na via da integralização e da tentativa de encaixar as PcD em uma condição mínima de diferença e desvio dos padrões produtivos e estéticos socialmente e historicamente construídos.

Prova disto é a criação, em 1930, de uma proposta de lei chamada “Lei da Bengala Branca”, nos Estados Unidos da América ¹⁷ com o objetivo de facilitar o tráfego das pessoas cegas pelos ambientes e também auxiliar os videntes a identificar, pela cor da bengala, a deficiência que aquele corpo possuía (se diferenciando assim das outras varas e bastões já usados desde muito tempo atrás por cegos/as e pessoas com mobilidade reduzida).

Aqui podemos começar a notar a preocupação com a adaptação das interações com o espaço físico para que a PcD pudesse ter mais autonomia em ultrapassar as barreiras arquitetônicas. A concretização documental do modelo médico da deficiência vem por meio da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens- CIDID (1980): um manual de classificação das consequências das doenças. Vale uma breve explicação da diferença entre cada um desses termos, pois alguns ainda são utilizados no estudo da deficiência sem que haja uma análise crítica acerca de seu acúmulo e significado histórico.

As deficiências (*impairments*) eram entendidas como qualquer perda ou anormalidade, temporária ou permanente de uma estrutura física ou função fisiológica, psicológica ou anatômica (FRANÇA, 2013). *Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão*” (AMIRALIAN et al., 2000 p. 98). Hoje já conseguimos fazer uma crítica acerca do uso do termo ‘anormalidade’ para definir a deficiência, por exemplo, o que nos mostra alguns avanços que não se restringem

¹⁷Proposta apresentada pelo Lions Club Peoria Illinois (EUA) que defendia a concessão de prioridade no trânsito para pessoas com deficiência visual portando uma bengala branca.

apenas a semântica ou a classificação médica, mas sim a mudança de aspectos sociais e políticos na relação entre sociedade e deficiência.

As incapacidades (*disability*), já se mostram problemáticas apenas com o peso que essa palavra exerce para a construção de um conceito sobre algum indivíduo designado como incapaz. Um dicionário *online* define este adjetivo como correto para definir uma pessoa “*sem competência; incompetente, inábil*”.¹⁸ Segundo análises do documento anteriormente mencionado os teóricos do modelo médico da deficiência assim concebiam as *disabilities*: “*restrição ou total incapacidade de desempenhar uma atividade de maneira considerada normal ou dentro de um limite assim também considerado para um ser humano. A incapacidade é consequência de uma deficiência* (FRANÇA, 2013).

Aqui já conseguimos notar como a imposição de uma normalidade era tida como referência para as intervenções deste modelo [médico] sobre a deficiência. O fato de a incapacidade aparecer como diretamente vinculada a uma deficiência já denuncia um tom extremamente estigmatizador e opressor dos indivíduos com deficiência, pois ser incapaz de realizar alguma tarefa não é uma condição que afeta apenas aqueles com alguma condição corporal; visual e auditiva diferenciadas dos demais. Vamos tomar como exemplo um homem adulto, camponês e habitante de uma zona rural. Este homem, pode vir a ter seu acesso à educação impossibilitado por diversas condições objetivas (falta de escolas em seu território ou a dificuldade de acesso à estas; inserção já no tempo da infância no trabalho do cultivo e da lavoura como forma de subsistência; falta de acesso às políticas públicas que garantem o direito à educação, dentre outras) pode vir a se tornar analfabeto, apresentando assim uma incapacidade (a de leitura e escrita) independentemente de ter ou não alguma deficiência.

Por último, o documento do MMD apresenta o conceito de desvantagem (*handicap*) também associado unicamente a condição da pessoa com deficiência e com a seguinte definição:

Limitação ou impedimento do desempenho dos papéis sociais tidos como normais para o indivíduo. É o resultado de uma deficiência ou incapacidade, e depende diretamente das atribuições culturais e sociais esperadas para um determinado indivíduo de acordo com seu perfil social (FRANÇA, 2013, p.61).

¹⁸Dicionário disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 02. Mai.2019

O reforço dos papéis sociais atribuídos aos indivíduos já nos leva a refletir como a deficiência exerce uma função diferente nos contextos de vida de homens e mulheres, pois tendo em nossa sociedade a presença de deveres imbuídos aos indivíduos já no momento de seu nascimento, de acordo com seu sexo biológico, ao ter uma deficiência, as formas de interação destes sujeitos com estas “obrigações” se diferencia, pois a mulher com deficiência, por exemplo, terá condições diferentes para exercício da maternidade e da relação com os filhos/as, da mulher que não possui deficiência alguma. Da mesma forma, outras áreas da vida também experienciam essa diferenciação. É o caso da vivência da sexualidade, que devido à tendência do preconceito não é cogitada como possibilidade na vida das pessoas com deficiência, pois estão muitas vezes são tratadas como “inocentes”; “anjos” “puras”, e revestidas de uma espécie de candura nata que invisibiliza e elimina a necessidade do desenvolvimento e das experiências advindas da sexualidade.¹⁹

Esta diferenciação, entendida pelo modelo médico como desvantagem se trata, na verdade, da diversidade humana e de suas possibilidades, bem como da forma com que esta irá mediar de forma particular e universal as relações sociais estabelecidas em cada contexto social e histórico. Também vale chamar a atenção para a relevância dada a cultura como uma das formas de definição das possibilidades e dos limites para a vida das pessoas com deficiência, contudo não basta apenas a análise desta esfera para a apreensão de totalidade do papel que a deficiência exerce no processo de socialização, pois assim como indicado nos estudos gramscianos sobre Cultura²⁰, esta se materializa de acordo com o modo de produção de cada sociedade em determinado período da história, ou seja, não se pode falar da relação e da representação que a deficiência tem na cultura sem abordar a relação da deficiência com o desenvolvimento das forças produtivas e da organização econômica de uma sociedade. Ademais, a palavra ‘desvantagem’ em sua língua original, vem da expressão *cap in hand*, traduzido como ‘chapéu na mão’ o que reafirma a mendicância e a pobreza como condição social inerente a deficiência (FRANÇA, 2013).

Atualmente, o CIDID não é mais utilizado devido a uma revisão que o tornou mais preciso em termos de definição das doenças e deficiência, porém sua invalidação teórica não serviu para modificar a concepção sobre deficiência ainda largamente utilizada pelos próprios profissionais da medicina e no senso comum de parte da sociedade.

É de extrema importância ressaltar que não queremos invalidar as conquistas médicas direcionadas ao trato e a reabilitação das pessoas com deficiência, pois todas as descobertas e

¹⁹ Cf. Marivete Gesser (2010)

²⁰ Cf. Gramsci (2012) em *A Cultura, os Subalternos, a Educação*.

avanços científicos neste sentido serviram para melhorar objetivamente as condições de vida das PcD e facilitar seu processo de inserção na sociedade, seja por meio do desenvolvimento de estudos para a cura ou regressão de algumas lesões, seja por meio da criação de aparatos tecnológicos para mediar a interação das pessoas com deficiência com o ambiente físico que ocupam e com as pessoas com que se relacionam.

O que estamos afirmando é que apenas a visão médica e patológica da deficiência, não é o suficiente para que se sejam apreendidas todas as esferas da vida das PcD, pois estas não são apenas as deficiências que possuem e as limitações que estas representam. São indivíduos dotados de complexidade em suas formas de ser e de relacionar e com formas de intervenção direta em sua realidade social que promovem seu reconhecimento e inserção. A luta para retirar o estudo da deficiência do campo exclusivamente médico não quer anular o debate e a troca de experiências entre as diversas áreas do conhecimento, mas sim reconhecê-la e afirmá-la como um conceito que também é objeto dos estudos sociais e da prática política, dimensões que jamais podem ser negadas na vida de nenhum indivíduo e que são fundamentais para mediar sua existência e resistência.

Em termos de produção teórica sobre esta luta, atribuímos ao sociólogo Paul Hunt (1966) a primeira publicação elaborada por pessoas com deficiência no sentido de refletir como esta limita socialmente as interações dos sujeitos. Também vem dos esforços desse estudioso a primeira articulação política feita por e para PcD's, que na década de 1970 ficou conhecida, no Reino Unido, como UPIAS - Union of the Physically Impaired Against Segregation- (Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação ²¹(DINIZ,2007).

Esta entidade tinha a tarefa histórica de situar a deficiência enquanto um conceito político e social e levar seus debates e reflexões para além do campo médico; biologizante e patológico. Todos os estudos desenvolvidos pelas pessoas com deficiência física participantes desta União, deram a base teórica para a inauguração histórica do Modelo Social da Deficiência, responsável pelo marco inicial do trato desta temática fora dos círculos médicos e como parte da diversidade humana (FRENCH; DEPOY, 2000). Cabe a menção que é na UPIAS que encontramos o primeiro registro histórico da auto-organização política das pessoas com deficiência, assunto que terá sua importância discutida posteriormente, mas que aqui já requer uma atenção especial enquanto primordial que é para a conquista dos direitos e do reconhecimento social. Agora, há um contraponto teórico e político ao MMD, que retira da

²¹ Nesse contexto, o debate da deficiência ainda era centralizado na Lesão Medular (principalmente de homens) e suas consequências para o desempenho das atividades cotidianas.

deficiência sua marca de “coisa a ser corrigida e eliminada” e celebra a diferença entre os corpos e suas possibilidades.

De forma resumida, a principal contribuição gerada pelo modelo social da deficiência, é a retirada da culpa pela opressão e da própria deficiência dos indivíduos que as têm e atribuição destas única e exclusivamente à sociedade, sendo assim, o pensamento foi direcionado para a deficiência enquanto condição que não é imanente ao indivíduo, mas sim à sociedade em que este está inserido. É o que pontua Colin Barnes (2013, p.7), um dos principais teóricos do MSD, em uma entrevista concedida a Débora Diniz sobre Deficiência e Políticas Sociais:

Agora, se é dito “pessoas deficientes”, então “deficiente” significa deficiente. Mas a forma como se descreve que elas se tornaram deficientes está aberta à discussão. É possível dizer: “Bem, elas são deficientes por causa do impedimento”. Eu preferiria dizer: “Essas pessoas são deficientes por causa da sociedade.

O modelo social também retoma em suas análises o debate sobre os impedimentos, colocando-os como uma característica imanente a todos os indivíduos no decorrer de suas vidas, o que insere a deficiência no campo das múltiplas possibilidades constantes da vida humana. O mesmo autor também aponta a relação existente entre a complexificação das sociedades e a visibilização de algumas deficiências e impedimentos que não seriam levados em conta ou percebidos em estágios anteriores do desenvolvimento humano.

[...] quanto mais sofisticadas ficam as sociedades, mais impedimentos nós criamos: exemplos são as condições como a dislexia ou a numerexia, a inabilidade de ler e a inabilidade de escrever, que não necessariamente ocorrem por falta de inteligência, mas pela forma como o cérebro funciona. Isso não seria um problema em ambientes rurais, onde não se espera que as pessoas leiam muito, mas em sociedades desenvolvidas é uma grande questão. (BARNES, 2013, p.3)

Não é nosso objetivo com esta produção analisar criteriosamente todas as contribuições e sistematizações teóricas inseridas no modelo social da deficiência, pois este já passou por diversas interpretações e expansões de seus limites teóricos e práticos desde o momento de sua inauguração até os dias atuais. Para efeitos do cumprimento do propósito deste trabalho iremos analisar brevemente duas tendências que se inseriram no MDS e que dialogam com a delimitação do objeto de estudo: 1) a tendência culturalista e 2) a tendência materialista de apreensão da deficiência.

2.2.1 Considerações acerca da abordagem culturalista da deficiência.

Um dos principais teóricos desta tendência foi Tom Shakespeare, que em seus estudos buscou pela raiz do preconceito contra as pessoas com deficiência. Ao se aproximar de algumas produções feministas que dissertavam sobre a objetificação do corpo das mulheres como fator de opressão em suas vidas, definiu que o mesmo acontecia com as PcD, pois acontecia uma anulação da pessoa em si em detrimento da deficiência que esta possui.

Por defender que há uma limitação da vida à deficiência e que daí decorre a formação da identidade e todas as interações sociais que serão estabelecidas, a abordagem culturalista se concentra em ideias como identidade e estereótipos, linguagem e criação de sentido, para pensar a origem do preconceito. A busca de construção de novas possibilidades identitárias seria, portanto, um modo de transformação social e, desse modo, as narrativas pessoais são intrinsecamente políticas (Shakespeare, 1996). Dessa forma a base para as reflexões pós-modernas encontram inserção no estudo da deficiência por meio, principalmente, das produções orientadas pelo trato culturalista da relação entre deficiência e sociedade.

Decerto, não podemos desconsiderar e anular as contribuições oriundas dos esforços intelectuais deste campo para fomentar o debate acadêmico, ainda muito incipiente, sobre as relações sociais para as pessoas com deficiência. Contudo, devemos situar, em nível de comprometimento teórico desta produção, quais os limites que estas reflexões possuem se for pretendida uma análise totalizante da deficiência enquanto expressão da diversidade humana. Ora, ao centralizar nos sentidos atribuídos à linguagem e às identidades, a raiz do preconceito e das opressões vivenciadas pelas pessoas com deficiência, a abordagem culturalista retira do trabalho a sua centralidade ontológica, esvaziando assim todo o caráter material e estrutural das opressões sociais construídas historicamente. Para além de uma questão puramente identitária é preciso fazer o esforço teórico de situar a luta da pessoa com deficiência enquanto parte da luta de classes, por entender que enquanto perdurar o modo de produção capitalista, a sociabilidade será fundada na exploração e na negação dos sujeitos históricos enquanto agentes de transformação de sua realidade.

Os passos iniciais nesse sentido são dados com o início das produções materialistas acerca da deficiência, assunto que trataremos e analisaremos no tópico seguinte.

2.2.2 Considerações acerca da abordagem materialista da deficiência.

Vic Finkelsten (2002) é um dos primeiros intelectuais que passou a disputar a apropriação do estudo da deficiência pela via da concepção materialista. Segundo este autor não podemos falar sobre as pessoas com deficiência sem entender primeiramente como estas se relacionam com a compra e a venda de sua força de trabalho e conseqüentemente com as relações mercadológicas inerentes ao modo de produção capitalista (MPC).

Acredito que não podemos compreender ou lidar com a deficiência sem lidar com a própria natureza essencial da sociedade. Para isso, as pessoas com deficiência devem encontrar maneiras de se engajar na luta de classes, onde a direção histórica da sociedade é disputada, vencida ou perdida. É nessa arena que as fronteiras do conhecimento que excluem as pessoas com deficiência da “normalidade” podem e devem ser questionadas abertamente (FINKELSTEIN, 2001, p.8).

Outro teórico, autor de importantes contribuições no estudo da relação entre deficiência e trabalho é Paul Abberley, que em sua obra *The significance of work for the citizenship of disabled people*, (1999) afirma que não há possibilidade de apreender a deficiência sem antes apreender a essência da própria sociedade. O sistema capitalista coloca em risco constante a integridade física dos indivíduos de forma relacionada ou não à inserção no mercado de trabalho. A crescente onda de violência nas cidades; o precário acesso aos serviços públicos de saúde que dificultam o acompanhamento e cuidados necessários às pessoas com alguma deficiência ou na iminência de adquiri-la; as condições de trabalho e a rotina exaustiva e adoecedora associadas a estas, formam um somatório que pode colocar em xeque as capacidades físicas e mentais dos indivíduos.

Todas essas questões estão fundadas na forma de organização econômica da sociedade que é, atualmente, o sistema capitalista. E, segundo Abberley, são fundamentais para o processo de entendimento da deficiência como uma condição que se impõe cotidianamente na vida dos indivíduos com ou sem deficiência. Alguns questionamentos foram feitos à abordagem materialista da deficiência, em sua maioria por parte dos adeptos à concepção culturalista anteriormente citada, o principal destes se resume a seguinte crítica: como pode a luta das pessoas com deficiência aparecer como integrante da luta de classes se mesmo com a erradicação do MPC, a deficiência não deixaria de existir e continua sendo parte dos corpos dos indivíduos?

Não está no alcance desta produção responder a tal questionamento, ficando a indicação da necessidade de aprofundamento das discussões sobre a relação entre deficiência e trabalho para as produções futuras desenvolvidas dentro desta temática. O que podemos esclarecer neste momento, é que não se pode fazer uma análise fragmentada de nenhuma forma de existência humana, correndo o risco de cairmos em discursos focalizados que tendem a encaixar cada condição particular dos indivíduos em “caixinhas” separadas umas das outras e não as relacionando de forma mútua e histórica. Parece-nos oportuno, todavia, afirmar que embora a deficiência possa, ao que tudo indica, não desaparecer da vida dos indivíduos em uma sociedade para além do capital, certo é que somente em uma sociedade regida por relações sociais de igualdade real é possível admitir que as PcD possam vivenciar a reprodução de condições concretas para o seu desenvolvimento. Várias formas de deficiência podem existir mas é fundamental resgatar o sentido e a direção social das reivindicações e lutas pela defesa dos direitos humanos e da diversidade humana.

A importância de uma análise consubstancial da deficiência será abordada mais a frente, por agora nos interessa afirmar que em nenhum momento foi preconizado à erradicação da deficiência pelos teóricos materialistas, por esta ser uma condição permanente do corpo e da vida dos sujeitos. O que se afirma com a necessidade da inserção da pauta da deficiência dentro da luta de classes é que somente desta forma seremos capazes de situar a dinâmica histórica imanente à condição humana e social.

A história da humanidade é a história das disputas entre as classes antagônicas forjadas dentro de cada modo de produção.

Sendo assim, a história das pessoas com deficiência é também a história da luta de classes, antes mesmo de haver conhecimento sobre tal assunto. O que se indica neste momento, é que não se pode situar a luta por direitos; por dignidade humana e por emancipação, seja para qual segmento social for, fora das disputas da luta de classes, pois é por meio desta que ocorre a disputa pela construção de uma nova ordem social que deverá ser construída de forma coletiva e unificada.

Tendo sido feita esta contextualização dos momentos em que a deficiência inaugura sua entrada na cena política e social, é necessário agora passar a entender de que forma estes avanços contribuíram para a vida das mulheres com deficiência e como apresentam ainda algumas limitações, passíveis de serem amadurecidas e problematizadas, no sentido de discutir a relação entre gênero e deficiência em uma perspectiva materialista, histórica e dialética. Trabalho que será empreendido no tópico abaixo.

2.2.3 Críticas feministas aos limites do modelo social da deficiência.

Nas elaborações teóricas específicas sobre a deficiência, a mulher com deficiência começa a problematizar sua inserção nos espaços de militância da PcD a partir das críticas feministas ao modelo social da deficiência. Não existe uma data histórica precisa que demarque o início dessa disputa de entendimento da realidade das PcD do que se tem conhecimento é que as mulheres com deficiência passaram a indicar as limitações teóricas e empíricas presentes nas análises dos defensores do modelo social, por este ser percebido por elas como uma forma dos homens reivindicarem sua inserção nos espaços públicos e principalmente produtivos da sociedade (DINIZ, 2010).

O modelo social da deficiência, em seus marcos iniciais, tinha na UPIAS uma formação exclusiva de homens; brancos e das classes mais elitistas do Reino Unido (a exemplo de Colin Barnes (2012); Paul Hunt (2007); Mike Oliver (1990), dentre outros). Não queremos aqui desqualificar os avanços empreendidos por estes autores no estudo da deficiência, contudo é necessário enfatizar que a tendência era que estes reproduzissem sua inserção de gênero e classe em suas análises sobre o cotidiano da vida da pessoa com deficiência.

Como já citado anteriormente, a UPIAS era formada por homens com deficiência física provocada, principalmente, pela lesão medular não havendo representação de nenhum outro tipo de deficiência ou de pessoas sem deficiência que se interessassem pelo debate. Foram as teóricas feministas da segunda geração do modelo social da deficiência, datada de meados dos anos 1980, que passaram a provocar espaços para falar sobre como a deficiência se particulariza na vida das mulheres devido a construção mútua das opressões advindas das condições de gênero e deficiência.

Obras como as de Jenny Morris²² (1989); Carol Thomas²³ (1996) e Susan Wendell²⁴ (1996) iam de encontro a algumas das principais demandas expressas pelos primeiros teóricos do modelo social da deficiência. Dentre elas a questão da independência das pessoas com deficiência, vista pelos teóricos da UPIAS como solução para todos os problemas enfrentados no cotidiano e defendida como bandeira principal da Liga.

²² Able Lives: women's experience of paralysis.(1989)

²³ Defining Disability: the social model.(1996)

²⁴ The Rejected Body: feminist philosophical reflections on disability.(1996)

Segundo as autoras citadas anteriormente não existe nenhum tipo de relação social que seja realmente independente, pois todos/as estamos inseridos/as em um contexto de interdependência com outros indivíduos desde o momento do nascimento até o último dia de vida. Sempre estaremos dependendo de alguém para termos as condições necessárias de realização das atividades cotidianas, impossibilitando assim a total independência para as pessoas com e sem deficiência.

Outra inauguração da revisão feminista do modelo social é o aparecimento da figura das cuidadoras como parte fundamental para analisar as dimensões de gênero presentes na vida das pessoas com deficiência. Em pesquisa realizada no ano de 2012, para a escrita do artigo ‘Cuidar de pessoas com deficiência: um estudo junto à cuidadores assistidos pela estratégia da saúde da família’, publicado na Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, foi relatado que em um pequeno grupo entrevistado, dos oito cuidadores, dois são homens e seis são mulheres. O que nos revela uma predominância das mulheres no cuidado domiciliar prestado às pessoas com deficiência

O grau de parentesco entre cuidadora e pessoa cuidada na maioria dos casos são mãe e filha, sendo que as filhas cuidam das mães e, mesmo nos casos em que há homens nas casas, as mulheres são as que executam a maior parte das atividades de cuidado. (Masuchi ; Rocha p.93)

Ainda que com um universo amostral muito pequeno esta pesquisa já nos aponta que a maior parte das relações de cuidado seja ele domiciliar ou profissional direcionadas as pessoas com deficiência é exercida por mulheres, que são vistas como seres mais propensos ao afeto e aos cuidados com os doentes e inválidos. Assunto que já está presente em diversos estudos feministas que mostram o quanto estas naturalizações na definição das atividades como sendo das mulheres, incidem no tempo de suas vidas.²⁵

Foi levando em conta a figura da cuidadora e os impactos que esta exerce nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho que as feministas apontaram a necessidade de haver um modelo social da deficiência que não defendesse apenas os direitos das pessoas com deficiência mas também das mulheres sem deficiência que dedicam grande parte de sua vida aos cuidados e providências para as PcD's de seu convívio, tendo muitas vezes que se afastar do mercado de trabalho para tal ou conciliá-lo com estas demandas, intensificando a jornada intensiva e extensiva de trabalho, precarizando ainda mais suas condições de vida.

²⁵ Cf. Verônica Maria Ferreira (2017), especialmente os capítulos 4 e 5.

Também é preciso fomentar o debate de como as mulheres cuidadoras se inserem em um ciclo de risco à sua integridade física, devido aos esforços físicos que o auxílio a alguns deficientes físicos exige, por exemplo, e assim podem vir a desenvolver problemas de saúde tornando-as, também, pessoas com deficiência adquirida, assunto que merece ser mais estudado e problematizado por impactar diretamente a vida das mulheres em suas condições de exercício dos trabalhos domésticos.

Outra contribuição das feministas no estudo da deficiência foi a crítica ao ideal da independência como resultado da eliminação das barreiras arquitetônicas e da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Este ideal se demonstra extremamente perverso, pois desconsidera as várias experiências que a deficiência proporciona. O que dizer então daquele/ as que jamais poderão ser inseridos(as) no mercado de trabalho devido à condição imposta por sua deficiência? Não estão estes sujeitos passíveis de inserção nas lutas políticas em defesa de sua autonomia enquanto ser humano-genérico?

Por entender que as opressões vivenciadas pela PcD se somam à opressões de raça/etnia; e gênero e não apenas se expressam na exclusão do mercado formal de trabalho ou na falta de acesso aos espaços públicos é que as mulheres com deficiência, teóricas do modelo social, começaram a inserir a necessidade de particularização de suas demandas e da forma com que estas serão absorvidas pelas agendas políticas dos movimentos sociais.

A reflexão sobre a condição das cuidadoras, anteriormente mencionadas, também abalou alguns pressupostos de autoridade estabelecidos pelos primeiros teóricos do MSD – de que era preciso ser uma pessoa com deficiência para poder falar e estudar sobre este assunto. Em síntese, temos uma revisão de extrema importância para a luta das mulheres com deficiência que foi resumida por Débora Diniz (2010) da seguinte forma:

A revisão do modelo social da deficiência à luz da crítica feminista necessita incorporar: 1) a centralidade da dependência nas relações humanas; 2) o reconhecimento da vulnerabilidade das relações de dependência; e 3) o impacto da dependência sobre nossas obrigações morais (Idem, p.30).

É assim que entendemos como foram dados os primeiros passos em direção a um movimento político das pessoas com deficiência que incorpore sobre as particularidades vivenciadas pelas mulheres, por entender que estas são vítimas de múltiplas opressões (raça/etnia; classe; gênero e deficiência) que podem aparecer associadas ou não, mas que sempre estarão se relacionando de forma mútua nas relações sociais estabelecidas.

A crítica feminista ao modelo social ainda requer aprofundamento e retomada de seus principais conceitos para que possam ser traçados novos caminhos na busca pela apreensão da vida das mulheres com deficiência em sua totalidade. O esforço inicial deste trabalho é justamente inserir o debate sobre gênero e deficiência no campo teórico da tradição marxista com vistas à contribuição na luta política do movimento feminista brasileiro enquanto espaço da luta de classes e de combate às opressões de gênero. As formas com que ambos (vida das mulheres com deficiência e movimento feminista) se relacionam será melhor analisada no capítulo que segue.

3. MULHERES COM DEFICIÊNCIA E O FEMINISMO NO BRASIL

Para cumprir o proposto nesse trabalho, é importante que agora nosso foco esteja voltado para a apreensão da necessária relação entre os estudos sobre gênero e os estudos sobre deficiência. Durante muito tempo, houve grande déficit na produção bibliográfica que refletisse a vida da mulher com deficiência e suas particularidades, bem como a inserção desta pauta na agenda política do movimento feminista.

Tendo como base histórica os questionamentos feitos por teóricas feministas ao modelo social da deficiência, algumas mulheres começaram a refletir, estudar e pesquisar sobre a relação entre gênero e deficiência, além daquelas que, também, aliaram a participação política, na tentativa de visibilizar a dimensão do ‘ser mulher’ na vida das mulheres com deficiência, que muitas vezes tinham sua existência resumida à sua condição/limitação física, visual ou auditiva e não eram vistas enquanto vítimas das opressões do patriarcado e do racismo, mas somente do capacitismo, como se todas as dimensões de suas vidas, tivessem como eixo apenas a deficiência e as implicações que esta produz na vida cotidiana.

Para nortear as reflexões estabelecidas neste capítulo, colocamos as seguintes questões: as lutas pelos direitos sociais das mulheres com deficiência se articulam com as lutas feministas? Qual a direção social que assumem estas lutas?

3.1 Gênero e deficiência: a diversidade no ser mulher

Primeiramente, buscaremos entender e situar o que está sendo compreendido enquanto direção social, para que possamos nos apropriar das críticas que serão posteriormente feitas às lacunas históricas deixadas pelo movimento feminista enquanto espaço que também deve ser construtor da luta anticapacitista.

Para contextualizar a direção social de uma organização política, é necessária a compreensão do que é indivíduo e do que é diversidade, pois é na apreensão destas categorias que poderemos diferenciar os marcos teórico-metodológicos desta produção e reforçar o compromisso com uma análise marxista sobre a questão da deficiência e do gênero, inseridos no modo de produção capitalista.

O entendimento do que é ser indivíduo, requer uma retomada das origens ontológicas deste conceito, caminho este que nos leva ao trabalho enquanto categoria ontológica central e fundante do ser social e da autodeterminação nas relações estabelecidas com os demais indivíduos e com a natureza, o que muito bem sintetiza Silva (2011, p.51) ao ponderar

Ao objetivarem-se no mundo, através do trabalho, esses homens e mulheres se autodeterminam como seres inscritos no plano da

singularidade/ particularidade e universalidade, por intermédio de suas relações objetivas e subjetivas com outros indivíduos sociais e com a natureza. Ao objetivarem-se como seres livres capazes de fazer escolhas, criam e recriam valores, determinada moral dominante e uma moralidade, que se objetivam no interior dessas mesmas relações sociais.

É nesta criação de valores que temos a mediação entre o que é a singularidade/ particularidade dos indivíduos e a universalidade da essência humana, mediação esta que será perpassada pelos antagonismos de classe e pelas desigualdades que advém das condições de pertencimento de gênero; orientação sexual; e raça/etnia (Silva 2011). Aqui, também, devemos incluir a condição da deficiência, pois esta também diferencia os sujeitos e os coloca em dissonância daquilo que foi estabelecido pela moral dominante enquanto um corpo socialmente produtivo e funcional, isto é, um corpo branco; heterossexual; cristão; masculino e sem deficiência.

É de extrema importância ressaltar o papel do antagonismo de classes na mediação entre as esferas singular e genérica da vida dos indivíduos, pois a criação e a transmissão da moral será – em um contexto de sociedade que se divide entre uma classe dominante e outra dominada- a moral da classe detentora dos meios de produção, que se apropriará de forma privada daquilo que foi socialmente construído e conquistado, além disso, haverá a imposição de seus interesses como se estes fossem os interesses gerais, que beneficiam a todos e ir ao encontro destes interesses é transgredir a ordem; a moral; o bem e a tranquilidade da sociedade.

É por isso que as opressões e os preconceitos adquirem uma funcionalidade na ordem moral vigente (HELLER, 2008), pois a irracionalidade e a fé se tornam uma base sobre a qual serão erigidos todos os argumentos elaborados contra o que for dissonante do “correto”. Tomando como base nosso objeto de estudo, veremos como a vitimização; a abjeção e o esvaziamento espiritual e afetivo das pessoas com deficiência, explanado nos capítulos anteriores, era funcional a uma sociedade que não via nestes indivíduos nenhuma utilidade física e principalmente produtiva que justificasse sua aceitação e inclusão nos espaços públicos.

O preconceito tem raízes históricas e é uma das engrenagens que faz funcionar o grande maquinário do modo de produção capitalista. Decerto, as sociedades antigas também- não capitalistas- eram preconceituosas em relação à deficiência e a encaravam como um traço indesejável da humanidade, uma falha genética ou uma dissonância trágica do que devia ser

um corpo perfeito e saudável, contudo é fundamental aqui reforçar que não é apenas no capitalismo que esta moral dominante adquire um papel funcional, pois não foi apenas nesse modo de produção que a sociedade se dividiu em classes sociais.

Na antiguidade existiam classes antagônicas que se dividiam entre aqueles que estavam na direção social da produção da riqueza material e espiritual e aqueles que eram dominados e tinham sua inferioridade justificada de diversas formas. Na sociedade escravista, por exemplo, os escravos eram considerados sem alma e esvaziados de sua condição humana. O próprio Aristóteles (2004, p.3) afirmou que “escravos são animais que falam”.

A escravidão assim se justificava, pois, os homens livres eram superiores, escolhidos por Deus e dotados de uma capacidade nata de governo e comando, enquanto os escravizados eram naturalmente inferiores e incapazes de decidir sobre suas próprias vidas que nem pertenciam a si mesmos, mas aos seus senhores.

Da mesma forma, a deficiência passou por vários processos históricos que justificavam, de acordo com a moral dominante, porque as PcD deviam estar separadas da sociedade em decorrência de sua condição disforme e, por vezes, até assustadora para aqueles considerados perfeitos e sãos.

Na sociedade capitalista, a ideologia dominante cumpre o papel de colocar os indivíduos em condições de desigualdade que vão além da esfera econômica, incentivando-os a competirem constantemente para atingir com “perfeição” um ideal de corpo e aparência.

Falar em diversidade, não significa homogeneizar os indivíduos inserindo-os em uma grande “caixa” do diverso e apagando sua dimensão singular/particular, é preciso pensar a diversidade de forma unificada, mas jamais homogênea. Por isso, colocamos aqui que concepção de indivíduo está sendo adotada e porque esta condiz com nossos pressupostos teórico-metodológicos. Cisne (2018) e Santos (2018) nos trazem uma noção de indivíduo que será de grande importância para os debates sobre diversidade travados no espaço desta produção. As autoras traçam o percurso histórico e dialético do conceito e nos situam a forma com que as mediações anteriormente abordadas, entre o singular/particular e a genericidade humana, são assimiladas pelos sujeitos em seu processo de *individuação*

É importante termos agora que considerar o indivíduo como um ser diverso não significa necessariamente fragmentá-lo em dimensões, partes e marcadores, ou destituí-lo das determinações classistas e isolá-lo da vida social. A diversidade humana articula-se à concepção de indivíduo social como uma característica própria da *individuação* (Idem p.28).

Assim, entendemos que ser singular e genérico, não é algo que exclui mutuamente particularidades de cada uma destas características, pois o processo acontece de forma dialética, ou seja, aquilo que nos torna particulares é também o que nos tornará universais, de acordo com o desenvolvimento do gênero humano e das forças produtivas de cada período da sociedade. Entender a diversidade humana de forma crítica requer o entendimento de que esta é formada por sujeitos reais e concretos que em sua forma de existir ressignificam e vivenciam, cotidianamente e de forma diferenciada, as relações de exploração-opressão e dominação socialmente estabelecidas.

Retomando nossas reflexões sobre a moral dominante e sua funcionalidade para a manutenção da coesão de uma estrutura social vigente, é necessário situar que a mudança desta moral não é feita de forma mecânica ou passiva, historicamente falando. No capítulo 1 (um) foram colocadas as formas de tratamento que eram direcionadas às pessoas com deficiência nas sociedades que vieram antes de nós, e certamente conseguimos perceber que diversas mudanças foram conquistadas no decorrer do processo histórico. Atualmente já consideramos absurdo o sacrifício de crianças com deficiência e defendemos seu direito à vida e ao convívio familiar, ideia que não estava sequer inicialmente elaborada nas mentes dos habitantes da Grécia Antiga.

Não podemos ver a história da humanidade como um percurso linear e mecânico. As mudanças e transformações societárias tem origem no processo de auto-organização dos sujeitos; na luta política por direitos e na absorção destes direitos por parte do Estado com vistas à manutenção de sua legalidade e dominação. Silva (2011, p.54) nos indica como as contradições são a base para o movimento da história e qual o papel dos sujeitos nos tensionamentos e rupturas com a ordem moral vigente em cada período histórico

[...] como a ideologia é um conjunto contraditório de ideias sobre o real, por mais eficiente que esta seja, o próprio desenvolvimento das forças produtivas contribui para que exista uma discrepância entre as relações interiorizadas como arranjo ideológico relativamente estável e a forma real como as relações operam na realidade concreta e dinâmica [...] (SILVA, 2011, p.54)

As crises ideológicas geram um processo de conflito para os indivíduos e são vivenciadas de formas diferenciadas de acordo com as condições subjetivas e objetivas de cada um. Desta forma pode-se afirmar a existência da diversidade humana, entendendo-a

como característica apresentada no processo de individuação, mediante às exigências da divisão social do trabalho e do desenvolvimento do gênero humano (SANTOS, 2008).

Analisar a vida das mulheres com deficiência no capitalismo, é entender que a diversidade é negada constantemente por esse modo de produção. Ter um corpo que não se assemelha ao ideal de mulher apta ao trabalho e à maternidade é uma condição fértil para a reprodução de preconceitos e estigmas em relação à deficiência que podemos pensar que já estão superados, devido ao avanço das lutas sociais e dos marcos legais, mas que estão na verdade muito longe de deixarem o ideário social e permitirem a plena existência da mulher com deficiência.

É importante situar a inegável contribuição que as leis oferecem à efetivação das conquistas de direitos da classe trabalhadora, contudo, estas não são suficientes para garantir que a sociedade reconheça estes direitos enquanto fruto de lutas históricas e não como um favor ou uma benesse do Estado. Existe uma grande disparidade entre aquilo que está estabelecido nos marcos legais e o que realmente está efetivado e é acessado pela sociedade. Também precisamos situar que o direito é determinado pelas relações sociais capitalistas, dessa forma, a depender do momento histórico, só existem as condições para a emancipação política, que por si só não garante a permanência destes direitos, pois estes podem ser alterados; retirados e até anulados em períodos de acirramento do conservadorismo e da implementação de uma agenda neoliberal.

Já citamos anteriormente, os importantes passos dados pelo segmento da PcD na luta pelo reconhecimento de seus direitos. A própria Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, é uma prova das possibilidades da auto-organização dos sujeitos e da força políticas que estes têm quando reconhecem que suas experiências e adversidades pessoais são pertences a todos e todas que compõem a sociedade e não apenas um castigo ou consequência natural de ter uma deficiência.

Ainda assim precisamos entender que a tentativa de negação da diversidade também está presente nas leis e nas normativas que garantem direitos e inclusão. Pode parecer bastante contraditório que o mesmo recurso utilizado para justificar e garantir a proteção do Estado e o acesso aos espaços sociais, seja o mesmo que esvazia os sujeitos de suas particularidades e desconsidera as condições objetivas sob as quais esse direito será exercido. Vamos tomar como exemplo o artigo de número 14 afirma a *‘Liberdade e a segurança da pessoa’*. Ana

Paula Crosara de Resende (2008) e Geraldo Nogueira (2008) ao colaborarem com a versão comentada da Convenção ²⁶ assim interpretam esta parte do documento

A garantia da segurança dentro da Convenção se apoia sobre o ponto fundamental de que as desigualdades sócio econômicas sejam reflexos de duas situações. A primeira é a da herança social e a segunda, das oportunidades sociais. É preciso que todos tenham igual segurança, levando-se em conta as suas desigualdades física, sensoriais, intelectuais, sociais e econômicas (Idem p.62).

Podemos perceber que a insegurança prevista pelo legislador internacional está assentada apenas nos critérios sociais e econômicos, que mesmo sendo de extrema importância para o estudo da realidade dos indivíduos não é o suficiente para compreender a totalidade da existência destes. Aqui nos cabe questionar: a desigualdade de oportunidades tem como solução apenas o oferecimento de mais e mais oportunidades, apostando que assim as mazelas sociais e econômicas serão amenizadas? Defendemos que não. Do que adianta oferecer mais oportunidades de emprego se a população não tem acesso à qualificação exigida pelas vagas? Do que adianta garantir a segurança econômica por meio de mecanismo de redistribuição de renda e não alterar as condições objetivas em que as pessoas vivem? Ter condições financeiras de lidar com a pobreza de forma menos desumana é realmente superá-la?

As desigualdades sociais e econômicas não podem ser reduzidas e simplificadas pois estas são fruto da coexistência de grandes sistemas estruturais de opressão (de classe; de gênero e de raça/etnia) que não serão desfeitos apenas com a equiparação da oferta de oportunidades. A diversidade aparece aqui como uma bandeira que deve ser levantada para que possamos questionar de que forma estas oportunidades oferecidas estão levando em consideração as particularidades dos indivíduos e as condições históricas para seu acesso.

Não é nosso objetivo aqui esmiuçar os limites da inclusão econômica quando esta é apontada como caminho para superação das desigualdades, o que importa neste momento é buscar entender qual as contribuições do estudo da diversidade humana para a análise da deficiência e porque ainda precisamos reforçar sua inserção nos debates desta área. Não se pode falar sobre deficiência sem mencionar as diversas possibilidades da existência humana, da mesma forma que estudar e apreender o *ser mulher* é se debruçar na diversidade de gênero e em suas expressões, por isso passemos a uma exposição rápida sobre que tendências estão

²⁶ Disponível em: <<https://www.oab.org.br/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada-812070948.pdf>> . Acesso em 05. Nov. 2019.

atualmente postas no debate sobre a diversidade e de que forma está relacionada com a luta anticapacitista das mulheres com deficiência.

Santos (2018, p.77) afirma que “*pensar o indivíduo social como ser diverso pressupõe admitir que há modos singulares de apropriação do mundo*”. Isto nos diz que a deficiência, por exemplo, produzirá formas de interação com os indivíduos e com a natureza de maneira diversificada para cada PcD. Não foi objetivo deste trabalho estudar apenas uma das deficiências e entender a inserção das mulheres que a possuem no movimento feminista, pois à título de esforços iniciais, entendemos que esta delimitação poderá ser posteriormente pensada e trabalhada. Contudo, aqui podemos ressaltar uma dimensão muito única do debate da deficiência nas diversas formas de apropriação do mundo, qual seja as diferentes deficiências e as singularidades que estas produzem.

Temos nos documentos e tratados sobre a deficiência o reconhecimento de 5 tipos de deficiência que podem coexistir; serem adquiridos ao longo da vida ou fazerem parte do corpo do indivíduo desde o seu nascimento, são estas

- Deficiência Física
- Deficiência Auditiva
- Deficiência Visual
- Deficiência Mental
- Deficiência Múltipla

Em cada uma existem subcategorias que apresentam especificidades.²⁷O que nos interessa agora é afirmar que a deficiência é um campo de múltiplas possibilidades de experiências e vivências para cada um dos indivíduos que as possuem, pois se pensarmos que fatores colaboram para a inclusão e a autonomia das pessoas cegas, por exemplo, elencaremos elementos que mesmo sendo semelhantes em alguns pontos, serão diferentes daqueles que mencionaríamos se estivéssemos pensando o acesso e a acessibilidade para pessoas surdas.

Isto nos ensina que falar sobre pessoa com deficiência, é dissertar sobre diversas possibilidades de vivenciá-la e de preconceitos e discriminações que mesmo tendo em sua base o capacitismo, irão se diferenciar de acordo com a distância destes corpos do “padrão de normalidade” estabelecido. O que nos interessa agora é afirmar que cada uma destas

²⁷ As citadas aqui foram retiradas do ‘Guia de Orientações Básicas para Inclusão de Pessoas com Deficiência’ (2005). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/42/742398.pdf?sequence=3>. Acesso em 05.nov.2019

deficiências influenciará a forma com que os indivíduos se apropriam do mundo e dos ambientes que ocupam.

Ao pensarmos a coexistência entre a condição de gênero e deficiência, somos levados/as a refletir de que forma as mulheres com deficiência se diferenciam das demais em suas interações sociais e como a associação entre essas duas dimensões da vida, mais vulneráveis a opressão e a discriminação, perpassam a existência destas mulheres em nossa sociedade.

Inseridas em um modo de produção que nega a diversidade e torna suas expressões um alvo para as discriminações e desigualdades, as mulheres com deficiência são excluídas dos espaços de participação social e política e não se veem representadas na agenda dos movimentos sociais.

No primeiro capítulo trouxemos algumas reflexões que indicam a falta de atenção dos principais movimentos feministas brasileiros à pauta da mulher com deficiência e da luta anticapacitista, uma análise mais detalhada e crítica deste fato será feita no tópico a seguir quando abordaremos a agenda política dos coletivos feministas de maior influência no país e situaremos como ainda restam lacunas no diálogo entre a luta das mulheres com deficiência e a luta das mulheres sem deficiência (que representam a maioria nos espaços de militância destas organizações).

Depois de termos exposto que a dimensão particular dos sujeitos é parte da dimensão universal do gênero humano, fica ainda mais explícita a necessidade de aprofundarmos o debate sobre a inserção da mulher com deficiência no movimento feminista, pois essas mulheres também precisam se sentir representadas na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos; na luta antirracista; na luta pelo acesso e permanência nas universidades e no mercado de trabalho, dentre outras pautas tão urgentes na vida das mulheres brasileiras.

É preciso retirar a deficiência desta “caixa” que a apresenta de forma isolada das outras dimensões da vida. Mulheres com deficiência são negras; transexuais; pobres; lésbicas; estudantes; trabalhadoras, são diversas, mas também são *unas*, pois a condição de serem mulheres em uma sociedade patriarcal as coloca sob um sistema de exploração e opressão que as atinge de forma indiscriminada, mas que se particulariza de acordo com o pertencimento de raça/etnia e classe e a depender da distância de sua deficiência do “padrão de normalidade” feminino estabelecido.

A vida das mulheres com deficiência é a vida de todas as mulheres e suas lutas não podem ser vistas de forma separada ou secundarizada. A luta contra o capacitismo é a luta em defesa da diversidade, e esta não é posterior ou anterior à luta de classes, mas sim concomitante.

[...] pois o entendimento histórico da sociedade vigente exige a superação da concepção determinista de classe social, exilada das complexas condições objetivas e subjetivas e esvaziada de historicidade. Isto implica o conhecimento de quem são os indivíduos que compõem as classes sociais. Não se trata de seres abstratos, sem vida, sonhos e buscas. São indivíduos concretos que precisam assegurar sua existência, que apresentam conflitos, que têm sexualidade, identidade de gênero, raça/etnia e que não conseguem escapar às determinações históricas do seu tempo. (SANTOS, 2019, p.80).

Contribuindo e dialogando com as considerações da autora, incluímos que estes indivíduos concretos têm deficiência, que seus corpos se diferenciam e suas mentes também e que isto também reflete no processo de apropriação do mundo de forma singular. É com esta dimensão da importância da luta da pessoa com deficiência atrelada à luta antipatriarcal e anticapitalista que buscamos responder as seguintes perguntas: O movimento feminista brasileiro tem se preocupado em inserir na sua agenda de lutas as pautas pertinentes ao segmento das mulheres com deficiência? Estão as mulheres com deficiência entre os sujeitos políticos que constroem a luta feminista no país? Podemos afirmar que as organizações feministas têm se constituído em espaços de resistência e acolhimento das mulheres com deficiência enquanto seres políticos e com potencial transformador? Estas perguntas serão melhor trabalhadas e elaboradas no tópico a seguir quando abordaremos de forma breve a caracterização, as pautas e as lutas do movimento feminista brasileiro na organização política para a garantia de direitos.

3.2. Agenda política e desafios

Com a inserção da mulher nos espaços públicos e privados, regida por vínculos empregatícios, nesses anos de formação do feminismo a grande maioria das reivindicações se unificavam sob duas vertentes: a luta democrática contra o regime militar e a luta pela garantia de direitos que permitissem à mulher estar nos espaços de trabalho. Prova disso foi a luta pelas creches que passou a ocupar grande parte das demandas apresentadas pelas mulheres organizadas (SARTI, 1988). E assim o feminismo brasileiro, em suas fases iniciais de formação, centraliza na mulher trabalhadora sua figura protagonista.

No período de redemocratização, quando os espaços políticos começam a se abrir, se acirram as cisões entre as tendências feministas, por não haver mais uma necessidade urgente de unificação para luta contra o autoritarismo. O movimento mostra dificuldades para lidar com a diversidade das mulheres brasileiras e pautas pertinentes à mulher negra e a mulher LGBT começam a cobrar espaços dentro das organizações. Valendo a ressalva de que nesse período ainda não haviam dispositivos legais que regulamentassem a presença da mulher com deficiência no mercado de trabalho, o que torna seu contato com o feminismo extremamente tardio.²⁸

No esforço de expor como a luta das mulheres com deficiência vem sendo inserida, ou não, nos espaços de participação social e organização política das mulheres brasileiras, passamos agora a uma breve análise de como vem sendo construída a agenda de lutas dos coletivos feministas mais conhecidos de nosso país. Dessa forma, acredita-se que poderemos visualizar melhor quais desafios ainda são postos ao reconhecimento da luta das mulheres com deficiência como parte da luta de todas as mulheres.

É claro que os assuntos mais recentes abordados por estes coletivos não terão sua importância diminuída, visto que procedem de árduas lutas em um momento de intensa criminalização dos movimentos sociais e de retirada bruta dos direitos historicamente conquistados pelas mulheres brasileiras. Para elucidar nossos objetivos, vale uma breve explicação de porque será adotada esta metodologia e como estes dados serão analisados e abordados neste trabalho.

Com o intuito de mostrar a importância da inserção da luta anticapacitista no movimento feminista, por entender que gênero e deficiência são condições que coexistem e se tornam- em uma sociedade desigual e permeada de relações de poder- campos férteis para a reprodução do capacitismo; do patriarcado e do racismo, foi feito um levantamento nas plataformas *online* dos seguintes coletivos feministas considerados de maior porte e influência na organização política das mulheres militantes do Brasil: Articulação Brasileira de Mulheres (AMB); Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Movimento Mulheres em Luta (MML).

Foi estabelecido um marco temporal (de janeiro a outubro de 2019) para averiguação do que havia sido exposto nos sites destes coletivos em busca de menção a luta das mulheres com deficiência e do incentivo à participação destas mulheres nos espaços de decisão destes coletivos. A seguir, serão elencados quais os temas predominantes nas discussões atuais

²⁸ Cf. CYNthia A. Sarti (1988) em *Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular*.

destes coletivos visando expor os limites e as possibilidades na abordagem de cada um deles em sua relação com a luta anticapacitista.

Antes de tudo é importante situar que o aparecimento ou não da luta da mulher com deficiência nas pautas recém tratadas por estes coletivos, não quer dizer que estes não abordem tal temática em suas reuniões e momentos de diálogo, decerto seria necessária uma inserção cotidiana nos encontros destes grupos para afirmar com plena certeza que um tema está sendo ou não discutido, o que não foi feito. Aqui analisaremos apenas aquilo que aparece nas redes sociais destes coletivos, por entender que atualmente este é um importante meio de difusão das ideias e de convocação de pessoas para as atividades realizadas.

Iniciamos pela plataforma da Articulação de Mulheres Brasileiras, que quando a pesquisa foi realizada se encontrava indisponível para acesso, impossibilitando, assim, a visita aos arquivos das publicações. Como alternativa, foi consultada a página da Articulação no *Facebook* com o intuito de conferir, no marco temporal supracitado, quais foram os temas abordados e que segmentos das mulheres foram citados. No marco temporal de 10 meses consecutivos, localizamos apenas duas postagens relativas à luta da mulher com deficiência, postagens estas que haviam sido feitas originalmente pelo Coletivo Feminista Hellen Keller, que se dedica exclusivamente à pauta das mulheres com deficiência e que será posteriormente abordado. Foi encontrada apenas uma curta e breve menção à participação de mulheres com deficiência na Frente Parlamentar Feminista e Antirracista com Participação Popular, mas nada além que ressaltasse qual a importância histórica da ocupação deste espaço por estas mulheres.

Adiante, foram consultadas as plataformas *online* da Marcha Mundial das Mulheres²⁹ e do Movimento Mulheres em Luta³⁰, colocamos os dois coletivos juntos pois nossa menção à sua participação na pesquisa será breve, devido a completa ausência da menção da luta anticapacitista e da importância da politização das necessidades sociais das mulheres com deficiência.

Foram encontrados, diversos pontos comuns a todos os 3 (três) coletivos que por ordem de predominância dos textos; imagens; reuniões e atividades realizadas aparecem da seguinte forma: 1) Luta contra a Reforma da Previdência; 2) Descriminalização e Legalização do aborto; 3) Luta Antirracista; 4) Violência contra a Mulher e 5) Luta LGBT.

Tivemos o cuidado de ler os pequenos textos que acompanhavam as publicações virtuais e em apenas dois deles (um que abordava a violência contra a mulher e outro que

²⁹ Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>. Acesso em 07.ago.2019

³⁰ Disponível em: <http://mulheresemluta.blogspot.com/>. Acesso em 07.ago.2019.

citava os riscos da Reforma da Previdência para as PcD) ambos produzidos pela Articulação Brasileira de Mulheres, é que ficou explícita a necessidade de mencionar a deficiência enquanto condição agravante das opressões; desigualdades e violências sofridas pelas mulheres na sociedade.

Este levantamento tinha dois objetivos centrais: a identificação da atualidade e da frequência com que a pauta das mulheres com deficiência aparece nos espaços destes três (3) grandes coletivos feministas; e a análise de como a luta da mulher com deficiência se sintoniza com a luta das demais mulheres na atual conjuntura política do Brasil.

Atualmente o acirramento do conservadorismo e da efetivação da agenda neoliberal exercidos sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro ³¹ tem representado diversos retrocessos para a efetivação e manutenção de direitos básicos conquistados pela PcD, a exemplo disto tivemos, em 11 abril de 2019, a tentativa de extinção do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE), com a promulgação do Decreto 9.759/2019 (que previa o desmonte e a paralisação de mais 700 conselhos; comitês e outros colegiados).

Os ataques aos direitos básicos não se resumem a este e se agravam diariamente à medida que o braço repressor do Estado busca silenciar as vozes dos/as mais afetados/as, na tentativa de aniquilar a resistência e fazer valer apenas a força e os discursos de ódio.

Voltando aos temas elencados como predominantes nas exposições virtuais dos coletivos feministas pesquisados, é preciso considerar que não se pode confundir a inserção da luta da mulher com deficiência na agenda feminista com a criação de um local único e exclusivo para falar sobre a deficiência e a vida de mulheres que com ela convivem. O caminho não é de segmentar a luta, mas sim unificá-la de forma com que nenhum segmento das mulheres seja invisibilizados.

Por estarem inseridas em uma sociedade capitalista que tem em sua essência a tendência de negação da diversidade, as mulheres com deficiência sofrem cotidianamente com a redução de sua existência à sua condição física; visual ou auditiva. Sua orientação sexual; raça/etnia; gênero e classe social parecem se tornar apenas detalhes existenciais, pois o que realmente a define é a forma com que seu corpo interage com o ambiente que ocupa.

Dessa forma, violências de gênero contra mulheres com deficiência são secundarizadas e a violência se torna capacitista, a impossibilidade desta dissociação entre

³¹ Capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), desfilou-se deste e está formando um novo partido no momento em que este trabalho está sendo concluído.

uma opressão e outra nos é posta por Danielle Kergoat (2006, p.5) quando esta afirma que ‘as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente. ‘

Isto quer dizer que nunca poderemos estabelecer um limite entre até que ponto uma violência foi direcionada a uma mulher por esta ter uma deficiência ou por ser mulher, as opressões estão inseridas nas relações sociais de forma mútua e fragmentá-las e invisibilizar parte de suas dimensões é uma característica própria ao capitalismo na tentativa constante de negação da diversidade. Conforme nos alerta Santos (2017, p.76)

A eliminação da diversidade é uma ação política bastante comum no capitalismo. Para tanto, são utilizadas estratégias ideológicas e, quando necessário, em determinadas conjunturas, aparatos repressivos que dizimam modos de ser e de viver de alguns sujeitos individuais e coletivos.

É por isso que voltamos a afirmar que em tempos de recrudescimento da barbárie e da propagação de ideais fascistas temos que afirmar cada vez mais o compromisso com uma luta emancipatória que contemple todas as mulheres em todas as suas formas; cores e amores para que possamos construir um projeto de sociedade emancipada de forma coletiva e unificada.

Analisar os temas que são cotidianamente pautados pelo movimento feminista e que foram abordados nesta pesquisa, já é falar sobre luta das mulheres com deficiência, pois estas também carecem do acesso a direitos sexuais e reprodutivos principalmente por ainda serem vistas como incapazes de decidirem sobre seus próprios corpos ou não passarem por um processo de sexualização devido à infantilização com que muitas vezes são tratadas.

Mulheres com deficiência também devem se sentir representadas na luta do movimento negro, visto que a condição de pertencimento a uma raça/etnia associada à condição de deficiência física; auditiva ou visual gera múltiplas possibilidades de violência e discriminação.

Segundo dados do Censo IBGE 2010, naquele ano 23,9% ³² da população possuía algum tipo de deficiência, sendo que as mulheres negras compunham parte principal deste grupo.

Dados do mesmo senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que no ano de 2010, 53,3% das pessoas com deficiência no Brasil moravam em condições de baixa qualidade e tinham um rendimento financeiro baixo, o que nos leva a situar a luta das PcD na agenda da luta de classes, pois sua exclusão contínua do mercado de

³² Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>. Acesso em 08.nov.2019.

trabalho e a falta de acesso à educação pública e de qualidade, corroboram para a intensificação das precárias condições de vida destinadas a pessoa com deficiência no capitalismo, deixando para estes indivíduos a alternativa da mendicância ou a dependência total dos benefícios assistenciais fornecidos pelo governo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A luta LGBT das mulheres com deficiência também precisa ser reforçada e é ainda muito pouco discutida dentro das organizações feministas brasileiras. Em um país em que a cada 25 minutos uma pessoa é vítima de LGBTfobia – segundo dados do Grupo Gay da Bahia (2016) - é razoável pressupor que nessa estatística também estão as mulheres com deficiência que são lésbicas; transexuais/ travestis e bissexuais. Contudo, a falta de debate e reconhecimento da esfera afetiva e sexual das PcD's bem como o isolamento emocional a que estas são submetidas dificulta a politização de suas reivindicações ao direito à livre expressão de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero.

Para visibilizar todas essas dimensões da vida das mulheres com deficiência, e torná-las lutas políticas já existem algumas organizações; associações e páginas virtuais destinadas ao debate específico sobre a deficiência e às particularidades da luta de mulheres negras; lésbicas ou bissexuais; trabalhadoras e com deficiência. Dentre estas destacamos o Coletivo Feminista Hellen Keller ³³lançado em ambiente virtual no dia 21 de setembro de 2018 e que se define da seguinte forma

Somos um coletivo de mulheres com deficiência que sentiu dificuldade em pontuar as diversidades de nossos corpos dentro do movimento feminista, como também do reconhecimento da importância do recorte de gênero no movimento de pessoas com deficiência. Entendemos que, mais do que ocupar esses espaços, precisamos nos organizar e criar uma pauta política sobre ser mulher com deficiência. Nosso objetivo é aprofundar o entendimento da intersecção sobre gênero e deficiência e relacioná-la com os demais movimentos feministas e de mulheres, pois compreendemos que a estrutura capacitista, que dificulta nosso acesso à cidadania, também é atravessada pela estrutura misógina, racista e LGBTfobia.³⁴

Esta importante iniciativa é prova da capacidade de resistência e da auto-organização política dos sujeitos que ao viverem contradições e conflitos em sua dimensão singular/particular se veem diante da possibilidade de enfrentamento da LGBTfobia e da

³³ Escritora, conferencista e ativista social norte-americana. Foi a primeira surdo cega a conquistar um bacharelado.

³⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/coletivofeministahelenkeller/about/?ref=page_internal. Acesso: 23.set.2019

misoginia. O surgimento recente deste coletivo, nos indica duas coisas: a primeira é que as mulheres com deficiência estão se conscientizando cada vez mais de seu papel político e de potencial de transformação da realidade em que vivem; e a segunda é que o fato de haver um coletivo feminista específico para visibilizar a deficiência no cotidiano das mulheres é uma indicação prova da falta de representatividade desta pauta nos espaços anteriormente construídos pelas lutas das mulheres.

Decerto, o diálogo entre estes espaços será propiciado pelo decorrer da história nos momentos de encontro das lutas, contudo ainda fica o ímpeto de fazer com que o movimento feminista brasileiro situe sua luta antipatriarcal; antirracista e anticapitalista também como anticapacitista para que a deficiência não seja mais invisibilizada e secundarizada nos espaços de organização políticas das mulheres.

Retomando a ausência preocupante da discussão sobre mulheres com deficiência, durante boa parte deste ano, nos espaços virtuais dos principais coletivos feministas do Brasil, situamos a não menção em nenhum dos espaços destes coletivos à alteração na Lei Maria da Penha, de junho deste ano, que obriga os agentes das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM'S) a mencionar no Boletim de Ocorrência se a mulher vítima de violência é uma pessoa com deficiência ou se adquiriu deficiência após a violência sofrida. Isto é uma conquista tamanha para a vida das mulheres com deficiência que passam a serem vistas como alvo preferencial de múltiplas formas de violência por estarem em duas condições que as tornam negligenciadas e subjugadas pelo poder público (a de gênero e a de deficiência).

Temos como exemplo máximo da importância desta alteração a militância e vivência da própria Maria da Penha ³⁵que após ser vítima de uma tentativa de feminicídio, praticada por seu ex-companheiro, foi atingida por um tiro nas costas que a deixou paraplégica, fazendo-a dependente de uma cadeira de rodas para sua locomoção e dependente do auxílio de terceiros para a realização de suas tarefas diárias.

Está neste quesito um dos principais desafios para a efetiva inserção da luta anticapacitista na luta dos demais movimentos sociais: o reconhecimento da deficiência enquanto uma constante possibilidade na vida dos indivíduos. São inúmeros os casos de

³⁵Grande figura da luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Após ser vítima de uma tentativa de feminicídio, lutou para que seu agressor fosse condenado, processo que culminou com a promulgação da lei que carrega seu nome, em 2006, sendo esta uma referência a nível internacional no combate à violência doméstica.

mulheres que se tornam pessoas com deficiência após serem vítimas de agressão ou tentativas de feminicídio por parte de homens que fazem ou faziam parte de seu cotidiano familiar. O passo dado pela alteração na Lei é justamente o reconhecimento de que a deficiência adquirida por meio de uma violência de gênero terá especificidades e diferenciações da deficiência congênita (aquela que se apresenta já desde o nascimento). Da mesma forma, passamos agora, nos marcos normativos a o agravamento da violência na vida da mulher que já tem alguma deficiência e está, muitas vezes, em uma condição de dependência de seu agressor.

A ressalva que deve ser feita, é que somente o estabelecimento desta norma não é o suficiente para transformar a realidade das mulheres com deficiência, pois estamos de acordo com o defendido por Santos (2017, p.79) quando afirma que

O reconhecimento, pelo Estado, de direitos específicos de determinados segmentos, embora constitua um procedimento importante, é completamente insuficiente para o enfrentamento de formas de opressão histórica e ideologicamente consolidadas.

Os direitos só podem ser vistos como avanço real quando sua manutenção e prática são objeto de disputa e reivindicações por parte da organização política dos indivíduos que os conquistaram. Esta organização não é anterior nem à diversidade dos sujeitos nem às opressões que estes vivenciam, pois estas já se faziam presentes muito antes do início do processo de conscientização e mobilização política, mas que cumpre a função de politizar as dimensões da vida que se tornaram férteis para a reprodução de opressões e preconceitos e foram invisibilizadas ao longo de sua formação (Santos 2017).

A exposição feita até aqui, situa como o feminismo brasileiro não tem abertura para as pautas da mulher com deficiência por não haver ainda um debate que coloca a luta anticapacitista como urgente e necessária para a superação das opressões impostas pelo patriarcado e pelo capitalismo. A condição da mulher com deficiência foi historicamente reduzida a figura de alguém que não pode desfrutar de uma vida afetivo-sexual, que não sofre discriminações sexistas e que se insere nos espaços coletivos apenas para falar sobre deficiência, em uma perspectiva totalmente reducionista de sua existência. Estes obstáculos socialmente postos e construídos impedem que a mulher com deficiência acesse não só os marcos legais de proteção às mulheres, mas também os espaços políticos e emancipatórios. Fica exposto o risco de construirmos e pautarmos um feminismo que negue a diversidade e contribua na transformação da diferença em desigualdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de sistematização do conhecimento é repleto de desafios e de possibilidades, não se pode afirmar que no espaço desta produção esgotamos todo o conhecimento sobre gênero; deficiência e luta por direitos. Existem ainda diversas formas de organização e resistência que serão postas em prática pelos sujeitos de acordo com a necessidade histórica e com a forma de produção e reprodução da vida material, no processo de conscientização (IASI, 2005).

É necessário que o esforço no conhecimento das condições objetivas e subjetivas dos sujeitos e da forma com que estas condicionam sua apropriação do mundo, seja contínuo, dada a dinamicidade das relações sociais e da totalidade em que estes se inserem. A pouca produção acerca da deficiência no Serviço Social foi um obstáculo bastante considerável no processo do levantamento bibliográfico da pesquisa, pois foi necessário um esforço maior para situar a politização da deficiência e suas possibilidades em uma análise crítica, histórica e dialética. Contudo, o processo de produção do conhecimento foi de extrema importância para tensionar os campos de pesquisa da categoria para atentar para as expressões da questão social vivenciadas pelas PcD's e como estas se agravam quando a condição da deficiência é associada a condição de gênero.

Construir sobre a luta política das mulheres com deficiência é, para o Serviço Social também uma forma de romper com suas origens conservadoras e alicerçadas na legitimação do poder da classe dominante sobre a classe trabalhadora. A deficiência também foi negada e excluída dos processos de formação da categoria de Assistentes Sociais brasileiras, sendo utilizada como critério de eliminação da possibilidade de exercício da profissão, como podemos identificar na citação abaixo de Yamamoto e Carvalho (1982, p.228) quando analisam sobre quais eram os requisitos para as mulheres que aspiravam a carreira do Serviço Social

[...] à boa saúde acrescenta-se **a ausência de defeitos físicos**; as condições no meio familiar e social deverão ser investigadas, pois serão reveladoras das qualidades morais da pretendente. [...] O relacionamento com personalidades de destaque [...] Da mesma forma, a origem social é valorizada para o trato com os clientes [sic]. Estes se deixariam sensivelmente impressionar ao ver aqueles cujas condições sociais são bem diversas das suas, e que, no entanto, até eles se inclinam, procurando compreender-lhes os problemas e dificuldades, no desejo sincero de ajudá-los. (grifos do autor)

É nítido que a posição social e econômica das primeiras Assistentes Sociais conferia uma superioridade natural em relação aos seus usuários que por serem pobres eram moralizados em todas as suas condutas, atribuindo suas precárias condições de vida à uma característica moral que deveria ser identificada e corrigida pelo Serviço Social que cumpria, naquele período, um papel policial e punitivo das relações sociais estabelecidas pela classe trabalhadora mediante suas condições de vida

Apreendemos que a postura adotada era de se “inclinarmos” para observar as condições dos/as trabalhadores/as e não de se inserir na luta de classes como parte dela. Sendo assim, fica nítida a concepção que a deficiência física tinha naquele tempo em que o Serviço Social começava sua história enquanto categoria profissional: a de inferioridade. A ideia de uma assistente social com algum “defeito físico” não podia ser concebida, pois isto a colocaria, independente da classe social a que pertencesse, em uma condição de vítima e de incapacidade de resolver e mediar os conflitos pertinentes à relação entre o Estado e os/as trabalhadores/as.

É fato que a realidade mudou, os processos de luta e resistência do Serviço Social e, principalmente, a adoção de uma perspectiva crítica, baseada no marxismo, no período de redemocratização da sociedade brasileira³⁶, na década de 1980, contribuiu com que a Assistência Social fosse inserida na Constituição Federal enquanto política de Estado e direito de todos os indivíduos independente de contribuírem ou não com o sistema previdenciário.

Decerto, ainda não rompemos definitivamente com o conservadorismo em nossa profissão e encontramos barreiras cotidianas para a efetivação do projeto ético-político profissional (PEP) que se refletem em fatores que vão desde às péssimas condições de trabalho e contratação à perseguição ideológica e política por parte, muitas vezes, das próprias companheiras de profissão que acreditam que o Serviço Social ainda deve ser voltado à prestação de práticas caritativas e puramente assistencialistas, distanciando assim a prática profissional da arena política e dos espaços de defesa das bandeiras de luta da classe trabalhadora em prol de sua sobrevivência.

Atualmente, o Serviço Social se ocupa da gestão e execução de políticas; programas e projetos que beneficiam as pessoas com deficiência, como é o caso do Benefício de Prestação Continuada, pago mensalmente às PcD que comprovarem que sua deficiência as impede de exercer atividade laborativa à longo prazo, seja ela congênita ou adquirida. Porém, estar nas Instituições que mediam o acesso a estes direitos não é o suficiente para fazer com que as/os

³⁶ Cf. Netto (2017) - Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64

Assistentes Sociais brasileiros/as, politizem a deficiência e tenham práticas livre do capacitismo.

O chamado terceiro setor, na forma das Instituições Não-Governamentais ainda é o maior responsável pelo acolhimento e coletivização das necessidades das PcD's, transmutando os direitos historicamente conquistados por este segmento em uma ação benevolente que se reveste mais de caridade do que de proteção social efetiva. O atual desmonte nas políticas públicas; a extinção de cada vez mais locais de participação política e o enorme corte de recursos direcionados à Assistência Social, favorecem ainda mais a ausência do Estado e sua desresponsabilização para com a vida das pessoas com deficiência em todas as suas esferas.

Entretanto, não é apenas à esfera dos direitos e da conquista jurídica que devemos reduzir as lutas sociais e suas possibilidades. A auto-organização dos sujeitos e a potencialidade que esta tem de politizar dimensões da vida que se tornam, com a negação da diversidade humana, campo fértil para a reprodução de preconceitos e da exploração é extremamente importante na construção e conquista da emancipação humana, que tem como parte desta a emancipação política.

É necessário que a vida das mulheres com deficiência seja cada vez mais politizada e que estas mulheres encontrem nos espaços de participação e controle social uma forma estratégica de superação das condições violentas; opressoras e cruéis a que estão submetidas em uma sociedade que não é sensível às diversas formas que a existência pode assumir. É importante não só o reforço da luta anticapacitista mas também a abertura dos demais espaços em que se organizam as lutas sociais como um todo para a recepção das pautas das pessoas com deficiência e a inserção destas em suas agendas políticas.

A luta das mulheres com deficiência deve coexistir com a luta das mulheres negras; LGBT e feministas. A participação das mulheres sem deficiência na luta anticapacitista também é de extrema importância para que possamos construir agendas unificadas e que deem a todos e todas espaço na construção de uma sociedade emancipada. Decerto, um dos principais desafios para a inserção das mulheres com deficiência nos espaços da luta feminista é a quebra do isolamento em que estas se encontram, isolamento este que se reforça à medida que as barreiras arquitetônicas; comunicacionais; atitudinais e pedagógicas se fazem cada dia mais presentes.

Porém, existem estratégias que devem ser pensadas de forma coletiva, visando sempre a integração das demandas sociais e a conscientização da importância de garantir a presença

de mulheres com deficiência em todos os espaços públicos e políticos. Devemos estar cientes de nossa tarefa histórica, pois os dias se tornam mais difíceis para aqueles que lutam por um projeto de sociedade que não fere a existência de ninguém, a luta por direitos se dá em um terreno repleto de contradições históricas e impõe limites à plena realização dos direitos, como nos afirma Iasi (2005, p. 190) ‘Aquilo que necessitamos defender, em sua substância, a emancipação humana, se encontra limitada pela forma burguesa de sociabilidade fundada no capital’

Mas é preciso não cairmos no fatalismo, e não deixar de lado nossas esperanças, é necessário ter paciência histórica e reconhecer que as conquistas coletivas ainda têm impacto na vida dos indivíduos. Antes mesmo de haver organização política, mulheres com deficiência já reclamavam seu direito de estar no mundo e lutavam pela conquista dos espaços, temos grandes exemplos de resistência nas figuras de Hellen Keller; Frida Kahlo; Maria da Penha; Dorina Nowill, dentre tantas outras. Mulheres estas que não devem ter todo o seu sofrimento romantizado e idealizado, pois todo o processo de dor; discriminação; violência e exclusão vivenciados por elas é reflexo de uma sociedade que rejeita a deficiência e a coloca em uma condição unicamente biológica e patologizante. Ao associar a opressão de gênero e o capacitismo, o capitalismo tem ignorado a vida de mulheres com deficiência, tornando-as corpos dignos de pena e tristeza e não corpos que amam; se expressam e que lutam.

É urgente que os estudos sobre deficiência passem a visibilizar a forma com que esta coexiste com outras dimensões da vida que também são alvo de opressão e violação de direitos. Precisamos falar de mulheres com deficiência enquanto seres históricos e políticos, e inserir suas lutas na agenda do movimento feminista é um caminho imperativo a ser seguido, se quisermos que a emancipação aconteça para todas as mulheres.

Não existe apenas uma forma de ser mulher e isso vem sendo demonstrado à medida que as mulheres LGBT’s e negras têm reivindicado o entendimento das particularidades de sua existência e rompido com o processo de invisibilização de suas lutas, presente nas décadas iniciais do movimento feminista no Brasil. Não diferente, a luta das mulheres com deficiência também precisa existir enquanto luta de todas as mulheres e isso só pode ser conquistado se cada vez mais PcD’s estiverem na luta dos movimentos sociais e tragam à tona suas necessidades históricas com o objetivo de torná-las coletivas.

É necessário ainda reforçar a perspectiva de superação da ordem vigente, pois somente com esta poderemos construir uma sociedade que respeite a diversidade humana em todas as suas expressões. Nosso horizonte estratégico na luta por direitos deve ser a retomada dos

meios de produção e do Estado das mãos da classe dominante, pois já nos foi historicamente provado que o modo de produção capitalista não permite uma existência fora de uma lógica produtivista e competitiva em que os indivíduos são medidos de acordo com sua capacidade de inserção no mercado de trabalho e de geração de lucro.

A vida das pessoas com deficiência, que muitas vezes não conseguem ou não podem exercer nenhum tipo de atividade laborativa é vista como um dispêndio de gastos para os cofres públicos, estando os seus direitos dentre os mais vulneráveis em tempo de recrudescimento do neoliberalismo. É devido à essa instabilidade que o campo das normatizações jurídicas possui, pois este pode ser reordenado de acordo com a conjuntura política e econômica para cumprir interesses dos que estiverem no poder, que devemos superar o caráter apenas legalista das lutas sociais e lutarmos por uma nova ordem social, como nos alerta o próprio Marx (1993, p.47)

A emancipação política representa, sem dúvida, um grande progresso. Não se constitui, porém, a forma final de emancipação humana, mas a forma final de emancipação humana dentro dos limites da ordem mundana até agora existente.

É preciso força e coragem para desafiar estes tempos urgentes, nosso papel histórico enquanto mulheres é gigantesco, nossa luta já atravessa décadas e as estatísticas falam sobre uma realidade que nos mata; nos arranca o poético; o equilíbrio, nos dilacera, porque nos explora oprime e nos violenta. Contudo, a luta política e social, mesmo difícil, é o que nos humaniza; o que nos conecta com o outro; e nos faz sentir que pertencemos à outras mulheres e outras mulheres pertencem à nós. Este trabalho é parte dessa luta: anticapacitista; antipatriarcal; antirracista e anticapitalista. E é sobre acreditar na construção de uma sociedade em que a PcD seja defendida em toda a sua complexidade e em que possamos *ser*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBERLEY, Paul (1999). **The significance of work for the citizenship of disabled people. (Oral paper) apresentado na University College Dublin.** Disponível em: . Acesso em: 14. nov.2019
- AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I.** Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano.** Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules.** São Paulo: Robe, 1995.
- AMIRALIAN, Maria et al. (2000). **Conceituando deficiência.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 34, n. 1.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho,** São Paulo, v. 11, n. 21, p.160-173, mar. 2001. Disponível em:
<<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 2. ed. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1997
- ARISTÓTELES. **A política.** Rio de Janeiro: Martin Claret, 2004.
- BRA
- Campbell, Fiona Kumari. **Inciting legal fictions: Disability date with ontology and the ableist body of the law.** Griffith Law Review, 10, 2001: 42—62.
- CARDOZO, Priscila Schacht. Pessoas com deficiência e o protagonismo nos movimentos sociais. **Revista de Iniciação Científica,** Criciúma, v. 15, n. 1, p.39-54, jan. 2017. Disponível em:
<<http://periodicos.unesc.net/iniciacaoocientifica/article/view/2982/3492>>. Acesso em: 16 maio 2019.
- CFESS. **Código de Ética Da/o Assistente Social.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. n. 10. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

- DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo:: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA, 1., 2013, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Diversitas, 2013. p. 1 - 14. Disponível em:
<http://www.memorialdainclusao.org.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019
- DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência:: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, XXIII, João Pessoa. **Anais...** . João Pessoa: Conpedi, 2014. p. 1 - 23. Disponível em:
<<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Disponível em:
<http://www.museusaccessiveis.com.br/arquivosDown/20190204153017_o_que_c%C2%A9_deficic%C2%AAncia_-_dc%C2%A9bora_diniz.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- ESPECIAIS, Comissão Permanente de Apoio A Estudantes Com Necessidades Educacionais. **CAENE**. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- FINKELSTEIN, Vic (2001). **The Social Model of Disability repossessed**. (Oral paper) apresentado em Manchester Coalition of Disabled People. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2019.
- FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência:: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p.59-73, dez. 2013. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019
- FRENCH, Stephen; DEPOY, Elizabeth (2000). **Multiculturalism and Disability: a critical perspective**. *Disability and Society*. v.15 n.2
- GESSER, Marivete. **Gênero, Corpo e Sexualidade::** Processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência. 2010. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.5, n. 1, p.11-40, jan. 2000. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>>. Acesso em: 16 maio 2019.
- GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007

HELLER, A. O cotidiano e a História. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IASI, Mauro Luis . O Direito e a luta pela emancipação humana. In: Valéria Forti; Cristina M. Brites. (Org.). Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, v. 1, p. 171-193

KERGOAT, Daniéle SIL. **Convenção Internacional Sobre Os Direitos da Pessoa Com Deficiência**. Brasília ., Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, s/v., n. 86, p.93-103, mar. 2010.

LUCRÉCIO. **De Rerum Natura**. João Pessoa: Ideia, 2016. Disponível em: <<http://letrasclassicas.com.br/wp-content/uploads/2013/09/De-Rerum-Natura.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MAIOR, Izabel. **Breve trajetória do movimento das pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997. Disponível em: <https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MASUCHI, Marjorie Heloise; ROCHA, Eucenir Fredini. Cuidar de pessoas com deficiência:: um estudo junto a cuidadores assistidos pela estratégia da saúde da família. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.89-97, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46928/50674>>. Acesso em: 14 out. 2019.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. **Os clássicos da política**, v. 1, n. 13, p. 79-110, 1993.

MELO, Anahi Guedes de. Deficiência, Incapacidade e vulnerabilidade:: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p.3265-3275, out. 2016. Disponível em: <<http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/deficiencia-incapacidade-evulnerabilidade-do-capacitismo-ou-a-preeminencia-capacitista-e-biomedica-do-comite-de-etica-em-pesquisa-da-ufsc/16546>>. Acesso em: 14 out. 2019.

PLATÃO. **A república**. 2ª edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

SHAKESPEARE, Tom. **Cultural Representation of Disabled People: dustbins for disavowal?** In: BARTON, Len; OLIVER, Michael. Disability Studies: past, present and future. Leeds: The Disability Press, 1997. pp. 217-236)

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana:: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p.68-87, abr. 2019.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Ética em Movimento: Ética e Direitos Humanos**. Brasília: Cfess, 2017.

SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p.38-47, fev. 1988. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1182/1188>>. Acesso em: 16 maio 2019.

SHAKESPEARE, Tom (1997). **Cultural representation of disabled people: dustbin for disavowal**. In: BARTON, Len; OLIVER, Mike. Disability Studies: past, present and future. Leeds: Disability Press.

SILVA, Marlise Vinagre. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classe:: emancipação para além da cultura. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p.51-63, dez. 2011.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987. Disponível em: <<https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da->>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Sites consultados:

+MULHER 360. **Desigualdade de renda entre mulheres e homens aumenta após 23 anos**. Disponível em: <<http://movimentomulher360.com.br/2019/01/desigualdade-de-renda-entre-mulheres-e-homens-aumenta-apos-23-anos/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

+MULHER 360. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/wpcontent/uploads/2019/01/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASILEIRAS, Articulação de Mulheres. **Onde atua.** Disponível em: <<http://www.articulacaodemulheres.org.br/onde-atua/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BUSCANDO A INCLUSÃO. **História da Bengala.** Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~jrgm/bengala.html>>. Acesso em: 09 out. 2019.

CFEMEA. **O que é a universidade livre feminista.** Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/universidade-livre-feminista/o-que-e-a-universidade-livre-feminista>>. Acesso em: 14 maio 2019.

CORPO, Sos. **Áreas de trabalho.** Disponível em: <<http://soscorpo.org/areas-de-trabalho/>>. Acesso em: 14 maio 2019. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasília). **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro.** Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html>. Acesso em: 15 out. 2019.

FEDERAL, Senado. **Pauta Feminina: novos dados dimensionam a violência sexual contra a mulher com deficiência.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/07/pauta-feminina-novos-dados-dimensionam-a-violencia-sexual-contra-a-mulher-com-deficiencia>>. Acesso em: 19 maio 2019.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MULHERES, Marcha Mundial das. **Campos de ação.** Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/campos-de-acao/>>. Acesso em: 14 maio 2019.

NEGRA, Instituto da Mulher. **Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-surdas-nao-conseguem-denunciar-violencia-domestica-por-falta-de-interpretres/>>. Acesso em: 19 maio 2019.

NORTE, Universidade Federal do Rio Grande do. **Repositório Institucional: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.** Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/11883>>. Acesso em: 19 maio 2019.

PARÁIBA, Universidade Federal da. **Repositório Institucional: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/>>. Acesso em: 19 maio 2019.

PENHA, Instituto Maria da. **Relógio da Violência.** Disponível em:
<<https://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>>. Acesso em: 19 maio 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Histórico da conquista dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil.** Disponível em:
<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/historico-da-conquista-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-no-brasil/47726>>. Acesso em: 15 set. 2019.

QG FEMINISTA - MEDIUM. **O que são as ondas do feminismo?** Disponível em:
<<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>>.
Acesso em: 09 set. 2019.